

54ª Reunião do
COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA
em 25 de julho de 2017, às 09:30h, na UMAPAZ

PAUTA

Expediente:

- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação “**Mudanças Climáticas e a capacidade adaptativa da cidade de São Paulo**”, palestra ministrada pela Profa. Dra. Gabriela Marques Di Giulio, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo
- Perguntas e Debate aberto
- Informes em geral e sugestões de inclusão em outras Pautas
- **Apresentação e Reunião dos 8 Grupos de Trabalho do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia**

A reunião foi iniciada pelo Secretário Gilberto Natalini e seguido pela Secretária Executiva do Comitê, **Leda Aschermann** que deu as boas vindas a todos:

Secretário Gilberto Natalini - É a 54ª reunião do Comitê Municipal de Mudanças do Clima e Ecoeconomia da cidade de São Paulo. Hoje é dia 25 de julho 2017, aqui na sede da UMAPAZ. Nossa pauta hoje, informes gerais e as sugestões para próxima pauta, que a gente pode deixar para o final da reunião. Nós vamos propor de entrar diretamente na ordem do dia, para que a gente possa aproveitar aqui a presença da nossa convidada. Vou deixar para a Leda, nossa Secretária Executiva apresentar. E também queria dizer que está aqui conosco o Vice-Presidente do Comitê, Marcos Campagnone, que é Adjunto da Secretaria de Licenciamento e Urbanismo e vários outros representantes de Secretarias do Governo e da sociedade civil. E todos os convidados são muito bem vindos aqui para participar da nossa conversa. Leda, por favor você pode apresentar a convidada e dar andamento aos trabalhos.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Bom dia a todos, sejam muito bem vindos. Hoje nós vamos ter o prazer de ouvir a Professora Gabriela Di Giulio. Ela é jornalista, doutora em ambientes e sociedade pela UNICAMP e docente do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP. Ela vai nos trazer dois conceitos importantes de mitigação e adaptação, que depois nós vamos usar no trabalho em grupo. Professora Gabriela, muito obrigada, pela presença.

Secretário Gilberto Natalini - Professora, um minutinho antes de a Senhora iniciar. Conforme nós combinamos logo na primeira reunião do Comitê, nós recriamos, ou reorganizamos, os Grupos de Trabalho do Comitê. A procura foi muito grande, tem muita gente interessada e nós vamos pôr para funcionar os Grupos de Trabalho, porque são eles que dão vida, dão alimento,

que vitaminam o funcionamento do Comitê. Então, a Leda fez um trabalho muito grande junto com muitos de vocês e depois nós vamos tratar desse assunto, após a palestra e o debate com a Professora.

Prof. Gabriela Di Giulio - Agradeço o convite da Leda e do Secretário Gilberto. É um prazer estar aqui com vocês na reunião do Comitê e ter oportunidade de dividir um pouco os estudos, os resultados das nossas pesquisas focadas bastante na adaptação e capacidade adaptativa. Então, antes de iniciar a minha fala, eu preparei aqui um slide, mas eu não sei se a visibilidade dele vai ser boa ou não, porque a tela é pequena. Então, eu não vou me ater muito a ele e vou fazer uma apresentação mais informal. E, por favor, vocês fiquem à vontade se quiserem interromper e perguntar alguma coisa. Acho que é importante falar alguma coisa do lugar aonde eu falo. Como a Leda falou inicialmente, a minha formação é em comunicação social, em jornalismo. Depois eu segui profissionalmente a área de divulgação científica, trabalhei com jornalismo científico durante um tempo. Fiz um curso de especialização nessa área na UNICAMP. Fiz o mestrado em política científica e o doutorado em ambiente e sociedade também pela UNICAMP. E, desde 2013, eu estou no Departamento de Saúde Ambiental, como docente, na Faculdade de Saúde Pública aqui da USP. E, desde o meu pós-doutoramento, venho trabalhando com mudanças climáticas. Primeiramente, focando mais a questão de percepção de risco, de riscos e incertezas nesse debate sobre mudanças climáticas. Comecei os estudos na região do litoral norte, depois eu vim para São Paulo e aí comecei a fazer esse mesmo tipo de estudo aqui em São Paulo. Olhando um pouquinho a questão de ciência e comunicação, como é que a gente, na verdade, dá visibilidade àquilo que a gente produz na Academia em termos de conhecimento técnico-científico; e qual é a usabilidade desse conhecimento técnico-científico, que eu acho que é sempre um enorme desafio para nós, pesquisadores. Quer dizer, não basta apenas produzir boa ciência, publicar nossos *papers* e apresentar os nossos trabalhos em eventos científicos. A gente precisa, na verdade, fazer uma aproximação, uma interação, uma interlocução maior com quem, na verdade, toma decisões cotidianas. E esse é um enorme desafio, porque a gente é muito mal preparado ainda para fazer essa interlocução, esse diálogo. Então, entender como é que a gente pode melhorar o diálogo, promover uma coprodução de conhecimento científico e, na verdade, ver qual é a usabilidade desse conhecimento que a gente vem produzindo, é um desafio com o qual eu venho também trabalhando. E, mais recentemente, olhando a questão de respostas e adaptação às mudanças climáticas. Esses são os três focos que eu tenho trabalhado mais recentemente sobre mudanças climáticas, dentro do campo que a gente chama de dimensões humanas das mudanças climáticas. Então, eu não trabalho com projeções, com cenários, com climatologia, mas trabalho com essas três interfaces. Bom, e a Leda, quando ela me fez esse convite para falar um pouco para vocês desse trabalho que a gente desenvolve, do resultados dos nossos estudos, ela me pediu para fazer também uma fala sobre mitigação. Embora não seja meu foco de estudo, mas eu acho que a gente pode partir do que se entende por mitigação e porque que a nossa hipótese é que, no Brasil, como um todo, tem se dado muito mais atenção à mitigação do que à adaptação. Então, se a gente entende que a mitigação é essa necessidade de diminuir emissões de gases de efeito estufa. Ao mesmo tempo adotar um sistema energético de energia mais limpa, de fontes renováveis, ou seja, numa ação, sempre na perspectiva de reduzir fontes ou ampliar esse sumidouro de gases de efeito estufa, como é o entendimento, por exemplo, a Política Municipal aqui de Mudança Climática na cidade de São Paulo. A gente tem argumentado que, no Brasil, a mitigação tem ganhado mais visibilidade que a adaptação; até porque mitigação envolve também formas, de certa forma, de produzir recursos, de ter ganhos econômicos. E adaptação sempre parece que é um peso maior, particularmente para as cidades que aonde os eventos extremos acontecem, aonde a maior parte das pessoas estão alocadas e, portanto, são as cidades que são chamadas a se adaptarem. No Brasil, no Acordo de Paris, ele assumiu fortemente uma proposta até um tanto ambiciosa, no sentido de diminuir a emissão de gases de efeito estufa, particularmente com o aumento do uso de energias renováveis. Essa é a meta que o Brasil se coloca lá em 2015, depois ratifica acordo em 2016. E investir também nos sistemas, em ações, no uso da terra, florestas e pecuária. Em maio de 2016, o Brasil lança seu Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas. Só para a gente recordar um pouco esse histórico, se a Política Nacional de Mudança do Clima é de 2009. Olha só, 7/8 anos depois, o Brasil lança seu Plano Nacional de Adaptação em maio de 2016. Também visa, propor algumas ações de gestão de risco, no sentido de reduzir, diminuir vulnerabilidades a eventos extremos. No momento em que o Brasil fez esse lançamento do Plano Nacional de Adaptação, a gente organizou um

workshop lá na Faculdade de Saúde Pública, com alguns pesquisadores das ciências ambientais e das ciências sociais para se debruçar um pouco sobre o que, na verdade, é esse plano, o que propõe esse plano. Como resultado desse workshop, que contou com a participação, por exemplo, do pesquisador José Marengo, que é um pesquisador, uma das grandes lideranças em estudos climáticos; contou com a participação do Roger Torres e do David Lapola, que são dois pesquisadores que têm se debruçado sobre modelagem e cenários climáticos, mas também com pesquisadoras das ciências sociais, como Lúcia da Costa Ferreira, Leila da Costa Ferreira, que têm trabalhado com isso. A gente produziu um artigo publicado no Jornal da Ciência no ano passado, que discute, um pouco a nossa visão, o nosso entendimento, a nossa compreensão sobre os ganhos e sobre as lacunas também, que a Política Nacional de Adaptação, proposta pelo Governo apresenta. Então, depois eu posso também compartilhar com a Leda esse artigo e, se vocês tiverem interesse, ali está um pouco a nossa repercussão disso, o nosso entendimento. De uma forma geral, porque é que a gente acha que a adaptação não ganhou a projeção que a gente imagina que deveria ter no Brasil, com um todo ou nas cidades. Particularmente por conta da complexidade envolvida na adaptação. Então, quando a gente está falando de mudanças climáticas, a gente ainda está falando em incertezas em relação às projeções, em relação à ocorrência de eventos extremos, em relação à frequência de eventos extremos. E um dos efeitos bastante claros, que tem sido bastante discutido na nossa literatura, e que a gente observa na prática nos nossos estudos, dessa complexidade, é a tal da paralisia política. Ou seja, quando não se sabe ao certo o que vai acontecer, quando se tem incertezas em relação às projeções, aos cenários, à frequência, à ocorrência, muitas vezes não se faz. Espera, na verdade, o que pode vir a acontecer. Então, essa complexidade é um dos entraves para que os Municípios e cidades não invistam na adaptação. Eles ficam esperando alguma coisa, esperando mais clareza os dados, acontecer alguma coisa, esperando mais clareza nos dados climáticos. Quando a gente sabe, pelo menos, que essa é a fala de boa parte dos pesquisadores envolvidos na área de modelagem, climatologia, de que os dados que temos hoje são suficientes para que a gente tome atitudes. A gente não precisa esperar mais clareza desses dados para entender que, sim, as mudanças climáticas estão em curso, que a gente já tem observado uma ocorrência, uma frequência maior de eventos extremos e que, esses fatos são bastante sérios, trazendo prejuízos econômicos, prejuízos ambientais, causando prejuízos inclusive à saúde das pessoas. Portanto, a gente precisa agir. Não é preciso ficar esperando nenhum dado mais confiável para tomar decisão. E outro entrave que a gente observa em relação à ideia de adaptação, de por que as cidades não se adaptam. São as próprias limitações econômicas, institucionais e políticas que, muitas vezes, reduzem mesmo a capacidade de um sistema, de uma cidade, de prover recursos básicos, recursos de infraestrutura, por exemplo. Então, se a cidade tem esse tipo de limitação, quicá pensar em adaptação. Bom, o que eu estou entendendo como adaptação? Isso aí é uma revisão, obviamente, da literatura que a gente tem trabalhado. Então, adaptação são processos de ajustamentos que uma cidade, um país, um Estado toma para antecipar possíveis impactos adversos das mudanças climáticas, que podem resultar numa redução de vulnerabilidade. Então, é esse o entendimento de adaptação nosso. E capacidade adaptativa seria o potencial que uma cidade, um Estado, uma nação tem para mudar para um estado mais desejado, um estado melhor, frente ao impacto ou aos riscos das mudanças climáticas. Então, o nosso projeto, que começa aqui em São Paulo, em 2013, naquele momento financiado pela FAPESP, e depois mais recentemente, com uma pesquisa financiada pelo CNPQ, busca entender o que de fato, algumas cidades brasileiras, incluindo a cidade de São Paulo, tem feito para se adaptar às mudanças climáticas. Então, a gente parte da seguinte pergunta: as mudanças climáticas estão na agenda dessas cidades? Essas cidades estão fazendo alguma coisa para responder a essas mudanças climáticas? Se elas estão fazendo, o que na verdade elas estão fazendo? Qual é a capacidade adaptativa dessas cidades? Qual é o potencial dessas cidades de mudarem para antecipar possíveis riscos e impactos relacionados às mudanças climáticas? Bom, as experiências internacionais e nacionais têm mostrado que, na verdade, o que precisa acontecer em ações de adaptação climática é que elas busquem uma sinergia. Elas são mais facilmente implementadas, difundidas e trazem melhor resultado quando elas buscam sinergia com ações de mitigação, com sustentabilidade, qualidade de vida e infraestrutura. E aí eu vou tentar esmiuçar um pouquinho mais o que é essa ideia a partir do caso de São Paulo, que a gente tem estudado. Bom, a nossa ideia é que a forma como as cidades se adaptam, a forma como as cidades buscam promover ajustes e mudar para antecipar impactos e reduzir vulnerabilidades tem muito a ver com aspectos

e configurações locais dessas cidades. Por isso é que trabalhar com adaptação é sempre complexo também, porque cada cidade tem um contexto, cada cidade tem problemas, tem desafios, embora, no caso de megacidades, como no caso de São Paulo, alguns problemas, tem desafios enfrentados são comuns a outras megacidades no mundo. Mas entender esse contexto faz parte desse processo de pesquisa, de entender por que a cidade é mais ou menos adaptada e o potencial, a capacidade de adaptação é maior ou menor. E aí a gente lista os elementos que influenciam fortemente essa capacidade de adaptação de uma cidade. Primeiro, são os que a gente chama de fatores contextuais, ou seja, as respostas e os arranjos que mexem nas cidades e estão diretamente relacionados às percepções dos riscos relacionados às mudanças climáticas. Então, como é que essa sociedade, essa comunidade, como é que a gestão pública, o Poder Público percebe as mudanças climáticas e os potenciais riscos associados a ela. Um segundo fator contextual importante é a ocorrência e o impacto dos eventos extremos. Ou seja, a gente parte da hipótese de que, se numa cidade, os eventos extremos têm se tornado mais comuns, mais frequentes, os impactos são mais altos. É possível, não significa que seja assim, mas é possível que essa seja uma cidade que internalize mais a questão da adaptação, porque isso é um problema que está na agenda dela, que ela precisa resolver. Mas tem outros elementos, também, que influenciam a capacidade de adaptação das cidades. Por exemplo, recursos econômicos. Num momento como o nosso, que estamos vivendo no Brasil, de crise financeira, maior crise econômica que a gente tem na nossa história moderna, obviamente que isso tem um impacto forte para os Municípios. Eles já não têm recursos econômicos para lidar com a demanda diária, de novo, vem à questão climática, parece que ela não cabe na agenda, nesse momento, no bolso. Outro elemento é a tecnologia: capacidade tecnológica para lidar com os eventos extremos, para medir, mensurar esses eventos, para pensar quais respostas podem ser dadas. Infraestrutura, informação, de novo, eu bato sempre nessa tecla. Nem sempre aquilo os cientistas, pesquisadores, produzem na Academia é, de fato, o que realmente é necessário para quem toma a decisão, ou muitas vezes aquilo que a gente produz nem chega a quem toma a decisão. Então, tem vários gargalos nesse acesso e uso da informação científica, que podem ser um entrave bastante forte que dificulta a adaptação de uma cidade. A questão de equidade, de desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, pobreza, capital social, confiança nas organizações, confiança na gestão, processos participativos, justiça social, ou seja, todos esses elementos influenciam direta ou indiretamente a capacidade de adaptação de uma cidade. E no caso brasileiro, especificamente, a gente argumenta, é que a adaptação precisa estar colada diretamente à política habitacional, à questão de saneamento, à questão dos planos diretores, à questão da política e gestão de recursos hídricos, à revisão de formas de mobilidade urbana. Não dá para a gente pensar em adaptação descolada dessas searas, que são extremamente relevantes nas cidades brasileiras e, muitas vezes, são os grandes déficits das cidades brasileiras também. Bom, então, esse é um projeto que a gente tem que desenvolvido com financiamento do CNPq, o projeto SE ADAPTA. Ele envolve uma rede de pesquisadores bastante ampla. Ele é coordenado por mim, mas dentro desse projeto tem colegas lá da Faculdade de Saúde Pública também; tem colegas da Faculdade Estadual de Campinas, a UNICAMP; Universidade Federal de Itajubá; da Universidade Federal de Porto Alegre; do Paraná; do Espírito Santo; do Amazonas; do Rio Grande do Norte. E a gente tem também a colaboração da Universidade de Michigan. Esse projeto começou no final de 2015/2016, com essa grande pergunta que a gente fez: isso está na agenda das cidades? Isso é uma coisa que nós, pesquisadores, estamos preocupados, mas as cidades estão completamente descoladas desse debate sobre adaptação? O que as cidades estão fazendo? E aí para a gente fazer esse estudo, ele começa como um estudo-piloto, porque, obviamente, a gente teve de selecionar algumas cidades que a gente tinha fôlego para dar conta da pesquisa. A gente levou em conta no critério de escolha das cidades o Índice de Vulnerabilidade Socioclimática, que foi desenvolvido por dois pesquisadores desse nosso projeto. E o que esses pesquisadores consideraram nesse índice? Eles olharam os cenários e projeções de IPCC, então o que se planeja ali, o que se pensa ali em relação aos modelos regionais e globais em termos de aquecimento, em termos de mudança de precipitação, em termos de mudança de temperatura; consideraram densidade populacional e consideraram IDH. Então, nessa equação que eles montaram, eles consideraram essas três variáveis e aí eles tiveram, eles estabeleceram, um índice de vulnerabilidade socioclimática para o Brasil. Esse índice, então, coloca as cidades, os Municípios brasileiros em três categorias: Municípios de alta vulnerabilidade, Municípios de média vulnerabilidade e Municípios de baixa vulnerabilidade.

Então, de alta vulnerabilidade, entre os Municípios que estão ali, nessa faixa, a gente escolheu Manaus e Natal, que representam, duas realidades bem diferentes. Manaus, no bioma amazônico, com toda aquela complexidade que é a cidade de Manaus, aquela região onde está a cidade, e Natal, um Município litorâneo no Nordeste brasileiro. De média vulnerabilidade, a gente optou por São Paulo, que é onde a gente já vinha fazendo estudos e que, nesse índice, constava como Município de média vulnerabilidade, e Vitória; e baixa vulnerabilidade a gente optou por Porto Alegre e Curitiba. Então, o que eu vou trazer agora, e acho que é mais interessante para nós a rodada de conversa, são os resultados de São Paulo. Aqui, umas fotos para a gente lembrar sempre dessa complexidade que é a megacidade de São Paulo, com mais de 12 milhões de habitantes, cerca de 15% vivendo em aglomerados subnormais, com toda a complexidade nos planos econômico, político, social, com todos os contrastes sociais de uma megacidade. E quais são as condições climáticas para a cidade de São Paulo? Eu trago esses resultados do pesquisador que faz parte do nosso projeto, professor Roger Torres, que é um físico e um climatologista. Ele é professor da Universidade Federal de Itajubá e vem trabalhando com isso desde o seu mestrado, com base na revisão dos modelos globais e regionais, o professor Roger apresenta alguns dados que são bastante interessantes para a gente pensar em termos de projeções climáticas para São Paulo. São Paulo, muito provavelmente, terá nos próximos anos - essa é uma projeção de 30 anos para frente - aumento de dias secos consecutivos, redução no número de dias úmidos, concentração de chuvas intensas em períodos bastante curtos, diminuição do número de noites frias, aumento do número de noites quentes, com temperaturas mínimas elevadas, e aumento do índice de desconforto térmico. Acho que eu não preciso dizer que isso a gente já vem vivenciando, a gente já vem sentindo nos últimos anos, para quem mora aqui em São Paulo. Essa é uma projeção particularmente para a região Sudeste, mas o foco dele foi na cidade de São Paulo, o que ele bate bastante na tecla é que as projeções climáticas para a região Sudeste, com um todo, elas são mais incertas do que para outras regiões brasileiras, do que para outros biomas. Então, a gente precisa estar preparado tanto para períodos secos, como que a gente vivenciou e que resultou na grande crise hídrica que a gente debateu. Obviamente, ela não foi resultado único e exclusivamente do fenômeno climático, mas também da questão da gestão de recursos hídricos aqui no Estado, mas a gente vai enfrentar, então, períodos longos secos, mas também períodos muito chuvosos. E encarar essa possibilidade de ora vivermos em momentos muito secos, ora vivermos em momentos muito úmidos é um enorme desafio. Aí, a questão da adaptação é fundamental. Essa difícil previsibilidade para a região climática na região Sudeste, em termos climáticos, não deve significar, em momento algum, essa paralisia que a gente fala, essa paralisia política; quer dizer, como eu não tenho certeza se vai chover mais ou se vai chover menos eu não faço nada e fico aguardando o que vai acontecer. Muito pelo contrário, o que a gente vem argumentando é que a gente precisa colocar em prática algumas medidas que, na literatura internacional, a gente chama de *no regrets*, ou seja aquelas medidas que não têm arrependimento, que se elas tiverem efeito positivo para a questão climática, ótimo, isso significa que a cidade está investindo em adaptação, mas ao mesmo tempo colocá-las em prática significa melhorar infraestrutura urbana, infraestrutura verde, qualidade de vida, bem-estar. Ou seja, as medidas sem arrependimento, permeiam diversos setores da gestão municipal. A gente colocou só algumas para poder debater aqui: drenagem urbana, resíduos, uso e ocupação do solo, mobilidade, arborização, serviços ambientais, ou seja, são medidas que, se o Poder Público toma, independentemente de elas terem uma maior ou menor interface com a questão climática, significa uma melhora na qualidade de vida, no bem-estar, na infraestrutura da cidade. Aqui são uma série de resultados de publicações dos nossos estudos. Depois eu vou compartilhar todos com a Leda e aí ela pode compartilhar com vocês. A maioria já está publicado, a gente está produzindo outros artigos também que, futuramente devem estar publicados, mas eu trouxe alguns dados para a gente discutir sobre São Paulo. Em relação aos fatores contextuais, pelo menos dois fatores pesam bastante na capacidade de resposta que o Município tem em relação à mudança climática, o primeiro é percepção de risco e o segundo é aumento da intensidade, os impactos dos eventos extremos. Em relação à percepção, o que a gente tem observado com o resultado dos nossos estudos é o que a gente está chamando de um olhar míope para a questão das mudanças climáticas. Ou seja, de uma forma geral, as pessoas reconhecem as mudanças climáticas, a encaram como um problema, mas não a colocam como uma questão prioritária no seu dia a dia, porque tem outras questões. E aí, quando eu digo o indivíduo, eu estou dizendo tanto o Poder Público como a sociedade em geral. A gente fez uma análise de pesquisas de

opinião pública, a gente fez entrevistas, a gente fez grupos focais, para a gente chegar nesses resultados. São outras questões, mesmo que do âmbito ambiental, que são consideradas como mais prioritárias do que a questão das mudanças climáticas, embora essas questões tenham uma interface muito forte com mudanças climáticas. Então, por exemplo, a questão de mobilidade, a questão de poluição, do solo, do ar, são coisas que têm uma interface supergrande com mudanças climáticas, mas não são colocadas como prioridade, né? Então, a mudança climática não é aquele problema tido como o mais central. Essas barreiras sociais e perceptivas, no nosso ponto de vista, podem ter um reflexo na tomada de decisão, nas ações praticadas pela gestão pública. E o que a gente observou: que o Poder Público pode, então, tomar ações e propor medidas e intervenções que não estão diretamente associadas, lincadas, ao discurso climático. Então, de novo como isso não está no rol de preocupação da maior parte das pessoas, é uma questão, mas não é questão prioritária. O governo, muitas vezes, ele toma ações focadas nas mudanças climáticas, mas sem usar o slogan climático para justificar as suas proposições, porque às vezes isso não cola, porque pode ter algum tipo de cobrança da sociedade de que tem outros problemas mais urgentes e prioritários que deveriam demandar ações e recursos. Então, essa oportunidade de “casar” - a gente coloca até entre aspas - ações relacionadas ao clima com outras ações dentro do desenvolvimento da metrópole pode ser uma estratégia positiva no sentido de que facilita o engajamento dos quadros da Administração Pública, potencializa resultados na intersecção da mitigação, adaptação e desenvolvimento sustentável da cidade. E isso é uma estratégia que a gente observa, não só aqui, em várias outras cidades do mundo. A gestão pública, muitas vezes, tende a casar ações relacionadas à questão climática com outras de desenvolvimento sustentável, de infraestrutura verde, de crescimento inteligente, de cidade inteligente. Em relação aos impactos dos eventos climáticos e aumento da vulnerabilidade, a nossa hipótese é: bom, quanto mais frequentes forem esses eventos e mais impactos eles trouxerem, é provável que a cidade comece a internalizar com mais força a questão climática. E a gente observou que, sim, que isso pode acontecer mesmo. Quando fez essa pesquisa aqui em São Paulo, particularmente entre 2014 a 2016, que a gente estava vivendo aquele problema de recurso hídrico, de crise hídrica bastante forte, num workshop que a gente fez no IAG, aqui na USP, em outubro de 2014, então no auge da questão da crise hídrica e o debate sobre mudança climática foi permeado pela crise hídrica, a questão da gestão de recursos hídricos, de crise da falta d'água, pode ser um detonador para que a questão climática apareça na agenda com mais força e para que o Poder Público e a sociedade, de certa forma, comecem a ficar mais sensível ao tema, contudo, o que a gente observou é que mudanças de comportamento, especialmente, por exemplo, relacionadas à questão de uso racional da água, estão bastante atreladas às medidas políticas e às próprias sensibilidades e resistências individuais, não andam sozinhas. Então, se algum tipo de mudança de comportamento da sociedade para rever esse *status quo* que as mudanças climáticas implica, não dá para imaginar que essa mudança de comportamento vem de graça. Ela tem que estar colada às medidas políticas, sim. Então, a gente precisa de uma interface maior. Nesse sentido argumentamos com base nos resultados da nossa pesquisa, é que o poder local ele tem um papel extremamente relevante nesse processo de buscar sinergias entre adaptação, mitigação e desenvolvimento sustentável por meio de experimentação de políticas públicas. E o que é que a gente está chamando de experimentação de políticas públicas? Essa opção para tomar medidas climáticas tendo em vista possíveis ganhos econômicos, redução de potenciais perigos associados aos impactos climáticos, expansão de reivindicação de autoridade. Então vamos pensar no peso político que São Paulo tem. Pode ser uma janela de oportunidade para a cidade liderar a questão climática, liderar a questão de adaptação e influenciar outras cidades da região metropolitana, mas também outras cidades brasileiras. A expressão de posição ideológica sobre o fenômeno climático, quer dizer, a cidade se coloca dentro de uma expressão ideológica e lidera um movimento. Essas respostas às mudanças climáticas, elas precisam estar integradas às políticas públicas e às ações existentes, o que na literatura internacional a gente chama de *mainstream's approach*. Ou seja, ao contrário de ter uma abordagem dedicada às mudanças climáticas, eu integro as mudanças climáticas em outras políticas públicas, de forma com que eu continue agindo, de forma com que eu continue promovendo estratégias sem colar nesse discurso climático, que muitas vezes, não cola tanto. Adaptação climática, nesse sentido, ela é vista como um valor adicional e eu acho que é esse o pulo do gato para a gente, é essa janela de oportunidade que a gente precisa explorar, né? Bom, aqui em São Paulo, num breve histórico, a questão climática está na agenda desde o início da década passada. Então, 2003,

quando São Paulo integrou essa campanha *Cities for Climate Protection*, liderada pelo ICLEI, depois em 2005, quando se integrou ao C40, depois em 2009, quando lançou a sua Política Municipal de Mudança Climática. No sentido até meio protagonista, de colocar metas ambiciosas, mas o que a gente tem observado é que adaptação, na verdade, ela pode ser vista muito mais associada à revisão do Plano Diretor estratégico, em 2014, e ao próprio Plano de Mobilidade Urbana, que foi aprovado em 2015. Por quê? Porque nesses dois planos existem, uma proposta - o que a gente está estudando agora, o quanto isso tem se concretizado na prática - mas existe uma proposta de intervenções que são mais ajustadas às questões ambientais e climáticas, sem adotar esse termo mudanças climáticas para justificar as suas proposições. Esse é um quadro que a gente tem trabalhado num artigo, identificando, algumas interfaces que o Plano Diretor proposto aqui em São Paulo tem com mudanças climáticas. E nem sempre a palavra, o termo mudanças climáticas, está presente nessas proposições colocadas no Plano Diretor, mas a gente vê aí claras sinergias. Então, só para dar alguns exemplos para vocês, além da questão da mobilidade, a questão de suporte às cidades compactadas, a questão da criação de um sistema de áreas verdes aqui na cidade, o plano de desenvolvimento rural sustentável, estabelecimento de serviços ambientais e por aí vai, quer dizer, é uma série de tópicos colocados no Plano Diretor que têm interfaces com mudanças climáticas. Qual é que é o desafio do nosso projeto de pesquisa agora? É saber o quanto isso tem andado na prática. Está lá, foi proposto, foi aprovado em 2014 e, de lá para cá, o quanto se realizou para a gente identificar, na verdade, se a cidade está avançando nesse sentido de adaptação. Bom, o nosso argumento é: se o slogan de mudanças climáticas ainda parece ter uma conotação negativa, seja porque a percepção desse fenômeno é ainda baixa, seja porque na esfera pública outros problemas são colocados como mais prioritários e urgentes, seja porque os custos de apresentar estratégias de adaptação são muito altos, a estratégia pode ser a adoção de uma agenda socioambiental e não de uma agenda ambiental ou climática específica. E para o sucesso dessa proposta de uma agenda socioambiental é fundamental que se discute na literatura, e que a gente acha que aqui em São Paulo também pode ser relevante, papel desses chamados empreendedores de políticas públicas. O que é que a gente está chamando de empreendedores de políticas públicas? Na verdade, são atores que têm papel fundamental na emergência de políticas públicas voltadas para essa agenda socioambiental e que buscam, por meio do quadro administrativo existente, das próprias estruturas existentes, dos recursos que têm, alcançar ações adaptativas por meio de experimentações. Então, a gente acredita muito no papel desses empreendedores de políticas públicas, imagina que são eles que são os detonadores para que a questão da adaptação seja internalizadas na cidade. Mas a gente sabe que tem uma enorme, uma série de desafios na cidade de São Paulo para a gente pensar em como internalizar ainda mais a questão da adaptação e para que São Paulo tenha uma capacidade adaptativa maior, um desses desafios é acesso e uso das informações, então no nosso projeto ficou bastante claro para a gente: ainda há um desencontro em relação à informação que a gente está produzindo e a informação que é demandada pela gestão pública, por quem está na ponta e precisa tomar ação no seu cotidiano, precisamos romper, quebrar um pouco essa distância entre Academia e gestão pública, por isso eu fiquei bastante contente com esse convite da Leda aqui hoje, porque eu acho que essa é uma forma de a gente começar a fazer isso, enquanto cientistas, pesquisadores, precisa pensar mais como é que a gente divulga as informações que a gente gera, porque de novo, não dá para imaginar que aqueles *papers* todos que eu vou mandar aqui para a Leda sejam suficientes para que vocês tenham acesso à informação e internalizem essa informação no processo de decisão. A gente precisa pensar em outras estratégias de aproximação, de divulgação. Um outro desafio forte no caso de São Paulo: recursos econômicos e capacidade tecnológica. Esse não é um desafio só para a cidade de São Paulo, é para todas as cidades brasileiras, o que a gente tem observado: que reduzir vulnerabilidade significava muitos investimentos e, de novo num momento de crise econômica talvez essa não seja a prioridade, além disso, precisa fomentar a realização de estudos de clima urbano, com séries temporais mais longas, identificar, na verdade, o que está acontecendo, estamos engatinhando nesse momento nisso, além do que, considerando especificamente a cidade de São Paulo, temos que levar em conta que o processo de urbanização da cidade sempre foi muito marcado aí pelas desigualdades no acesso aos bens e serviços públicos. Então, a gente tem uma cidade de contrastes sociais muito grandes. E a gente precisa ter processos de governança mais participativos e esse também é um enorme entrave, porque promover participação pública não é fácil, não é simples, e uma participação pública eficiente, também é um

enorme desafio. Muitas vezes o que a gente observa - aqui em São Paulo é bem claro - existe aí uma tendência, uma ideia de aprimorar as instâncias participativas, mas você tem um choque com a perspectiva de uma via mais tecnocrática de colocar a ação em prática. E como é que a gente reduz isso, especialmente resistências a políticas que, pelo seu caráter inovador, muitas vezes cria um certo bloqueio nas pessoas, às vezes, a gente tem sentimento de que numa cidade como São Paulo todo mundo tem a ideia de que precisa de uma revolução, de uma mudança muito forte para evitar alguns tipos de transtornos e problemas que a cidade historicamente tem, desde que ninguém precise mudar absolutamente nada, desde que não se mexa no quintal das pessoas. Então, como é que a gente quebra essas resistências e ao mesmo tempo integra a sociedade num processo de governança mais participativo é um desafio que a gente coloca. E, por fim, para fechar a minha fala, eu quero falar de um workshop que a gente fez no final do ano passado, em dezembro de 2016. Esse workshop foi organizado por mim, pela professora Maria Carmen Lemos, que é da Universidade de Michigan, com quem a gente tem colaboração nesse projeto, e pela Laura Ceneviva, que naquele momento ocupava a cadeira de Secretária Executiva aqui do Comitê e tem toda uma experiência enorme na frente da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. E a gente organizou esse workshop convidando técnicos de diferentes Secretarias da Prefeitura para discutir adaptação climática. Primeiro, a gente entendeu que adaptação não se restringe à Secretaria do Verde, então por tudo o que a gente tem discutido, adaptação está na Secretaria de Mobilidade, de Transporte, está na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, está na Secretaria de Empreendedorismo, está na Secretaria de Limpeza Urbana, quer dizer, ela é muito transversal. E a gente entendeu também de que são esses técnicos que, independentemente das mudanças políticas - vamos lembrar que em dezembro a gente estava naquele momento de transição política - que continuam produzindo a informação no cotidiano e que vai sustentar a tomada de decisão. Então, são essas pessoas, na verdade, que são nossos interlocutores-chave, vamos assim dizer, na gestão pública, por isso a gente optou em fazer esse workshop com eles. Foi um dia todo, na Faculdade de Saúde Pública; a gente naquele momento teve um enorme apoio da Secretaria do Verde, que não só reforçou o convite para que esses técnicos pudessem participar do nosso workshop, como também, de certa forma, negociou a liberação deles, porque era um dia todo que a gente tinha como proposta. E, ao longo do dia, a gente discutiu três momentos, a ideia de uma situação atual, então como é que São Paulo vinha respondendo à questão climática, como é que você, como técnico, observa que a questão climática, de adaptação, está presente na sua rotina profissional? Depois, um pouco a ideia de quais os desafios e dificuldades que vocês veem, enquanto atuação, e qual é a situação desejada, a partir do que se foi exposto e como é que a gente pode melhorar a capacidade adaptativa da cidade. E o resultado desse workshop foi superinteressante, tanto na perspectiva de uma integração entre os técnicos que atuam em diferentes Secretarias - então foi um momento ali de reflexão sobre a prática profissional, de rever, inclusive, pessoas que às vezes estão trabalhando sobre os mesmos problemas, mas porque estão em Departamentos e Secretarias diferentes quase não têm essa possibilidade de conversarem. Foi um momento de a gente pensar coletivamente que tipo de informação tem hoje para a tomada de decisão na cidade de São Paulo e que tipo de informação ainda faz falta para a tomada de decisão e foi um momento inclusive de pensar quais as perspectivas futuras, já que a gente estava nesse momento de transição política; então, na nova gestão, o que é que se esperava ali? Os resultados desse workshop foram condensados num relatório, esse relatório foi entregue ao Secretário Gilberto Natalini em fevereiro deste ano, inclusive, teve uma notícia no Jornal da USP falando um pouco desse relatório. Os técnicos que participaram desse workshop também têm uma cópia desse relatório, até trouxe aqui, deixo com a Leda, enfim, para fazer uso. É um documento, na verdade, que eu acho que expõe um pouco os debates e as discussões que a gente teve naquele momento ali do workshop, eu destaco alguns pontos centrais, primeiro, ficou muito claro as dificuldades em relação à sincronia de tempo. Então, o tempo da gestão pública, o tempo da tomada de decisão, o tempo da elaboração de uma política pública e da sua colocação em prática, o tempo da Academia, da produção de conhecimento técnico-científico, quer dizer, sincronizar esses diferentes tempos é um enorme desafio para quem está na tomada de decisão, para quem está na ponta. O conhecimento, ainda que relevante e necessário, ele não é suficiente para que ações efetivas de adaptação às mudanças climáticas sejam postas em prática. Por isso que a gente precisa entender melhor aquelas outras variáveis que eu falei para vocês, que interferem bastante na capacidade de adaptação de uma cidade. Quer dizer, não basta só produzir conhecimento técnico-científico, precisa entender o contexto, precisa entender percepção

de risco, precisa entender quais os entraves internos de uma gestão pública para que a questão da adaptação avance na cidade. O relatório esmiúça em detalhes seis pontos, vou falar de dois aqui para vocês, mas só para vocês terem uma idéia, eu listei quais são esses seis pontos que a gente colocou. Primeiro, a incorporação de projeções políticas para a elaboração de providências e ações a serem tomadas, de modo a minimizar riscos futuros. São Paulo precisa adotar essa política de *no regrets*, ou seja, de medidas sem arrependimentos, que se tiverem interface com a questão climática, excelente, mas elas vão impactar particularmente a qualidade de vida da cidade. Segundo, necessidade de conhecimentos mais aprofundados sobre impactos das mudanças climáticas nas cidades, sobre capacidade adaptativa. Terceiro, oportunidade de transformação econômica, com escolhas que priorizem a descarbonização, a economia verde, que a gente tem falado bastante e que atenda aos interesses da população paulistana em relação à melhora da qualidade de vida. Essa é uma oportunidade forte para São Paulo. Quarto, reconhecimento e uso do peso político e econômico que a megacidade tem em termos de expressão nacional e internacional no enfrentamento de questões climáticas e minimização dos impactos. Quinto ponto: criação de um setor específico para mudanças climáticas dentro da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, de modo a criar um corpo técnico capacitado, direcionado, para apoiar ações necessárias e, isso é muito interessante, estabelecimento de uma plataforma que integre conhecimentos e ao mesmo tempo integre ações das Secretarias Municipais e oportunize diálogo e interação com instituições de pesquisa. Isso foi muito forte, isso foi uma demanda dos técnicos. A gente precisa compartilhar informação e conhecimento, a gente precisa saber o que um está fazendo, porque às vezes estamos atacando os mesmos problemas sem saber o que um está fazendo e o outro está fazendo, né? E o último ponto, incorporação das perspectivas e projeções climáticas na própria estrutura normativa da Administração Pública. Desses seis pontos, eu falei que eu vou falar de dois. Então, o primeiro: projeções e ações. Como é que a gente pode, a gente eu estou dizendo os técnicos colocaram lá, incorporar as projeções climáticas dentro das ações do Município e são alguns exemplos que eles nos deram. Primeiro, planejamento e execução de obras hidráulicas ou de drenagem na cidade, que incorporem as projeções climáticas em suas equações, para adequado dimensionamento da infraestrutura. Segundo: habitação. É preciso priorizar ações nas áreas de maior vulnerabilidade a riscos geológicos, a inundações, que têm a ver, diretamente com eventos extremos em projeções de intervenção urbanística, de revitalização de espaços urbanos. Terceiro: mobilidade e transporte. É preciso alinhar questões relacionadas à diminuição da poluição veicular, violência no trânsito, tempo de mobilidade à questão climática. Os técnicos não só bateram na necessidade da troca da frota atual de ônibus, mas também de envolver a população no planejamento dos modais da cidade. Outro ponto: serviços ambientais e conservação da floresta urbana e remanescentes. É preciso conceber projetos mais integrados, discuti-los em termos de implementação, em termos de funcionalidades, alcance, monitoramento, avaliação. Não basta apenas ter planos, estabelecer um sistema municipal de gestão de risco, de proteção, defesa civil, que facilite a integração com outras políticas públicas e demais setores e estabeleça um sistema mais eficaz de comunicação. Essa foi uma proposta inclusive encabeçada pelo Ronaldo, que está aqui, da Defesa Civil - eu e o Ronaldo a gente já conversa bastante - que foi colocada lá e foi bastante elogiada pelos técnicos presentes. Gerenciamento de resíduos, a cidade precisa gerenciar os seus resíduos, mas também aproveitar melhor o resíduo orgânico, implementar tecnologia de compostagem, criar um mercado, inclusive, para uma cadeia produtiva baseada nesse tipo de resíduo. Saneamento: a cidade precisa priorizar soluções menos complexas e centralizadas para a coleta e tratamento de esgoto e implementar soluções mais intermediárias. Preservação do Cinturão Verde e segurança alimentar, com o objetivo de tornar atividades agrícolas da cidade tanto viáveis economicamente e ambientalmente, mas também na perspectiva de manutenção da paisagem rural e de amortecimento do impacto climático. E, por fim, projetos relacionados ao perímetro urbano, ou seja, inserção de projeções climáticas na elaboração das diretrizes macro e micro desses projetos, com a integração e fortalecimento, naquele momento das Subprefeituras, hoje Prefeituras Regionais, que, na prática, segundo os técnicos, são os verdadeiros responsáveis por fiscalizar empreendimentos em relação, por exemplo, à cota ambiental. Quer dizer, não dá para se pensar uma coisa aqui e depois imaginar que o outro lá na ponta dê conta do recado se não houver uma integração. E o outro ponto, que eu queria comentar com vocês é a ideia de criar um setor específico dentro da Secretaria do Verde voltado para a questão climática e essa plataforma de integração de conhecimentos, foi um entendimento geral ali do workshop que as mudanças

climáticas trazem transformações em todas as políticas setoriais, portanto, todos os órgãos municipais têm que adaptar as suas rotinas e internalizar as projeções climáticas, mas a Secretaria do Verde pode liderar esse movimento, no sentido de ter um setor específico para isso, com corpo técnico capacitado, com condição de apoiar ações e intervenções e transformações necessárias. Especialmente, o que se colocou lá na proposição é a criação de uma Coordenadoria dedicada às questões do clima, que fosse autorizada a acionar outras Secretarias. Que tivesse um pouco esse respaldo também, no sentido de autoridade, dentro do quadro da administração, para acionar outras Secretarias no momento que possa fazer valer as decisões que precisam ser tomadas. E o que os técnicos colocaram bastante forte naquele momento dificuldades internas entre técnicos e Procuradores da Prefeitura. Isso, para eles, dificulta bastante a rotina profissional, a tomada de decisão, muitas vezes inovar em alguma coisa. A própria dificuldade de interlocução entre Prefeitura e grupos e instituições de pesquisa, que se conversam muito pouco. Estabelecer uma sintonia de atuação entre as Secretarias Municipais, que também se conversam pouco, disponibilização pública interativa de dados por parte da Prefeitura, ou seja, que todo mundo tenha facilidade de acesso e possa usar isso para tomar decisão, estabelecer parcerias com outros setores, melhorando o acesso e uso da informação e, por fim, essa criação de uma plataforma que integre conhecimento e ações da própria Prefeitura, das Secretarias Municipais e promova um diálogo e interação maior com instituições de pesquisa. Finalizo aqui a minha fala apontando para vocês algumas dos desafios e possibilidades exploradas nesse workshop. Eu repito: esse relatório foi entregue ao Secretário, foi compartilhado com todos os técnicos e eu acho que ele pode ser uma ferramenta interessante para a cidade de São Paulo pensar na capacidade de adaptação dela. Agradeço mais uma vez à Leda e ao Secretário e fico aqui à disposição de vocês.

Secretário Gilberto Natalini - Eu vou pedir para a Leda para que ela possa coordenar agora o debate, as perguntas, as dúvidas, as sugestões que possam vir, primeiro dos membros do Comitê e também aberto aos convidados aqui presentes. Por favor, então, Leda.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Bom, nós tivemos aqui uma excelente fala, que nos mostra o valor da informação. Eu queria repetir uma frase, quando convidei uma das nossas colegas lá do DEPLAN e ela me falou assim: "Olha, Leda, eu não quero coordenar nada, eu quero aprender, eu vou lá para aprender". Ela está aqui bem aqui na minha frente, a Maria Laura. Eu acho que é isso mesmo. Nós estamos todos aqui para aprender. Eu sou um laboratório dessa aprendizagem, porque eu estou aprendendo muito, lendo muito, conversando com as pessoas e muito obrigada, Gabriela, por você trazer conceitos que vão ser os baluartes do nosso trabalho daqui para a frente. Então, o valor da informação eu acho que é a essência dessa casa, que é uma universidade aberta do meio ambiente e da cultura de paz. Eu vou abrir para as perguntas, para os comentários, a Gabriela está à disposição. Depois nós temos alguns informes, e depois eu vou, então, anunciar os nossos grupos de trabalho e os coordenadores. Então, está aberta a palavra, quem quiser se colocar a Gabriela está à nossa disposição. Eu achei muito interessante, Gabriela, o trabalho que vocês fizeram e a gente tem que partir dessa articulação e dessa socialização do saber. A questão ambiental não é um saber de iluminados, ele é um saber a ser internalizado. Foi uma palavra também que a Gabriela utilizou. Então, por favor, Maria Laura.

Maria Laura F. Zei - Maria Laura, eu sou do DEPLAN 4, da Secretaria do Meio Ambiente. Eu só é um comentário, de você comentar um pouquinho em relação à saúde. Me fez falta esse viés, porque tudo está relacionado à nossa saúde também, então, como isso é visto nessa transversalidade? Eu senti falta dessa visão.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Isso. Então, vamos fazer umas três perguntas e daí por favor. Você tem o microfone? Tem um sem fio ali, obrigada.

(orador não identificado) - Bom dia a todos. Primeiro cumprimentar a Gabriela pela excelente explanação e pela capacidade de abordagem, do trabalho que vocês estão fazendo. Primeiro partindo desse desequilíbrio de mitigação e adaptação, que é uma questão evidente, mas eu acho que vamos ter que começar a trabalhar mais isso. E a gente, como gestor municipal, nós temos uma relação muito mais direta até com as questões de adaptação. E, como citou, e eu sou da Secretaria de Habitação, e você citou como uma, enfim, uma questão importante e fez várias abordagens, eu queria, primeiro, falar da adaptação, mas depois eu queria colocar um tema mais geral das questões de política pública. Primeiro que eu acho que a sua abordagem do PDE de

2014 é excelente. A minha, que eu entrei agora nessa gestão, é assim: a minha leitura do PDE é que está tudo lá. Faltou a narrativa das mudanças climáticas. Está tudo lá ou quase tudo lá. E ele é muito positivo nesse sentido, inclusive por reforçar um aspecto que você coloca no final, que é a gestão participativa. Ele avança muito nisso e eu sei muito bem o que eu estou falando na prática, porque eu estou montando um Conselho Gestor da Cracolândia para a intervenção que nós vamos fazer naquela região e é um trabalho trabalhoso, uma coisa muito mais difícil. É muito mais fácil ser burocrata, mas o resultado já começa a aparecer, a cada dia que passa. A questão da habitação na cidade de São Paulo é gravíssima. Ela é gravíssima e a gente está vivendo um momento muito complicado, porque as grandes fontes de financiamento para o enfrentamento da habitação acabaram. Quer dizer, o PAC Mananciais, que o Secretário conhece muito bem, foi cancelado, simplesmente. Era todo o processo de urbanização de favelas que a gente estava fazendo na região de mananciais foram, de um dia para a noite, cancelados e nós estamos vendo como nós vamos nos adaptar a essa nova situação. E ele tem um segundo problema, que é o tempo. Quer dizer, a solução de habitação você não faz, você não consegue fazer dentro de uma gestão. A hora que você começa a fazer projeto, licitação é assim: quando acerta, é assim, acertou na mosca. Se você tivesse começado em janeiro, coisa que não acontece, para entregar no final de quatro anos, então, isso é um complicador político bastante sério. É custo e custa muito caro. Tudo custa muito caro quando se trata de habitação, mas São Paulo tem uma política habitacional, tem um Plano Diretor que olha para isso com competência, e as nossas prioridades hoje são as três prioridades que você elencou, que são as áreas de maior vulnerabilidade, os riscos geológicos, de inundação e os projetos de intervenção urbanística. Com um problema sério, que é a, capacidade do poder municipal de controlar as áreas. Quer dizer, a gente faz uma remoção de uma APP, de uma área de risco, se eu não coloco no dia seguinte outra coisa no lugar, no dia seguinte ela é reocupada. Nós temos áreas de reocupação cinco vezes. Tira, volta, tira, volta, tira, volta e hoje nós temos - não vou dizer aqui porque está sendo gravado - um quarto ator nesse processo, que está entrando no ramo imobiliário, que é o crime organizado. Então, hoje nós estamos num enfrentamento muito complicado, inclusive porque eles estão ocupando os espaços públicos, as áreas institucionais dentro de empreendimentos. E uma certa sensação de impotência para enfrentar essa coisa, que é muito séria. E, para finalizar, tem uma outra questão que eu acho que está na ordem do dia e está passando batido. Nós estamos elaborando o PDUI, o Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana, e não está sendo discutida a questão de mudanças climáticas. Então, nós estamos fazendo um plano de desenvolvimento para a região metropolitana, onde São Paulo é o epicentro dessa região metropolitana e no documento preliminar que foi aprovado na última reunião da Comissão técnica e obviamente que tem essa questão, que tem coisas ali que vão de encontro às mudanças e adaptação, mas não têm uma visão orgânica, uma visão de sinergia entre as políticas setoriais, que seria fundamental. E nós temos a maioria dos problemas da cidade de São Paulo, hoje, está muito associado, obviamente, porque é uma questão óbvia, às questões da região metropolitana. Então, Secretário, se você me permite, a hora que a gente entrar na discussão de pautas, eu acho que nós temos que trazer essa discussão aqui para o nosso Comitê, porque eu acho que, de preferência, com a presença da professora para nos ajudar nessa conversa.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Eu quero passar a palavra para o engenheiro Olímpio, que está inscrito.

Eng. Olímpio - Gostaria de cumprimentá-la pela sua brilhante apresentação. Eu sou do ramo dos transportes, do transporte sustentável de baixo impacto poluidor e essas questões, elas são relevantes nesse esforço, de combate das mudanças climáticas. É o setor que mais tem potencial de ganhos, na redução de emissões e etc. Mas o que a gente tem observado é que tem muita coisa escrita já, né? Tem muita lei, muito decreto, muito regulamento, muito plano, e as coisas têm certa dificuldade, um pouco grande de a gente ver essas coisas se realizando na prática. Eu vou dar alguns exemplos: um deles é a inspeção veicular, que tem um potencial, além do potencial de redução de emissões atmosféricas, de melhoria de saúde pública, a gente tem um potencial de redução em torno de 3% a 5% das emissões totais da frota, da frota circulante, o que é muito relevante, não existe uma bala de prata, cada setor, cada medida vai contribuir com um pouquinho. E esses 3% a 5% é muito relevante, tem outra medida, por exemplo, que é o avanço para tecnologias mais limpas nos ônibus, nos veículos em geral, a distribuição de cargas também, não só nos ônibus, que também está no papel e é difícil sair. Existem restrições de todos os lados.

Existe o PROCONVE, que está meio parado, está sempre em discussão. A ANFAVEA contamina os órgãos governamentais, que passam a ser mais lenientes por causa dessa choradeira constante de que o Brasil está em crise, porque não tem dinheiro, isso é uma bola de neve negativa, quer dizer: não se faz nada, se fica em paralisia etc. Existe a possibilidade de controle de gestão de demanda de viagens, de deslocamentos urbanos, existem medidas que poderiam ser implementadas, como, por exemplo, o teletrabalho, como a gestão de demanda de mobilidade corporativa, que são programas que estão implantados no mundo todo e que poderiam ser expandidos aqui no Brasil, onde as empresas fazem arranjos entre os funcionários da própria empresa e das empresas vizinhas também para otimizar os deslocamentos dos seus próprios funcionários e isso tudo vinculado a vantagens, para a empresa, para os funcionários, para a saúde deles etc. Então, eu gostaria de colocar nesse aspecto dos transportes e da mobilidade também o plano de veículos elétricos, um plano concreto, não boas intenções, mas um plano concreto de expansão da penetração do modo elétrico. Hoje está em discussão lá no Rota 2030, lá no Ministério da Indústria e Comércio. O Rota 2030, que substituiu o INOVAR-AUTO, é o novo regime automotivo, e o novo regime automotivo vai definir para os próximos 15 anos tudo que vai acontecer em termos de incentivos fiscais, de articulação de leis, etc. para viabilizar tecnologias mais limpas e os veículos elétricos não estão recebendo atenção. Só se fala em Flex, Flex, Flex, o tempo todo e o Brasil pode ficar até alijado, desse esforço mundial, é necessário, pensar em veículos elétricos no Brasil para inserir bonde elétrico. Agora, a minha pergunta para a professora é a seguinte: tendo em vista que a gente sabe o que tem que fazer, está tudo aí, está tudo escrito - artigos e decretos e leis que não são cumpridas, etc. - como que a Senhora acha que pode ser feito um esforço para identificar as alavancas? E quais são essas alavancas?

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Muito bom a gente tem três perguntas e depois temos três inscritos, mas eu vou passar a palavra então, quatro inscritos, para a professora Gabriela.

Prof. Gabriela Di Giulio - Agradeço todas as perguntas e, assim como a Leda colocou, que ela também está aprendendo aqui, para mim também é uma aprendizagem esse nosso diálogo, essa nossa interação. Pudera eu ter respostas prontas para todos esses desafios, principalmente esse desafio que o Olímpio coloca de como é que a gente, na verdade, coloca em prática aquilo que já está no papel, então, vamos por partes, pelas partes mais fáceis. No caso da Maria Laura, a questão da saúde propriamente ela não é o escopo ainda do nosso projeto. A gente não teve esse fôlego que precisava, mas a gente entendeu também que dentro da própria USP a gente já tem vários grupos trabalhando com as questões dos impactos à saúde relacionados às mudanças climáticas, liderados, por exemplo, pelo professor Paulo Saldiva. Então, a gente imaginou que teria que focar os nossos esforços para um outro cenário e, obviamente, conversar, fazer essas interfaces, essas interações com as pesquisas que vêm sendo conduzidas, particularmente, pela medicina preventiva ou mesmo lá na saúde ambiental, que também tem gente trabalhando com impactos da poluição veicular, por exemplo, na saúde humana. Então optou por esse outro tipo de enfoque, mas você está supercerta, Maria Laura e, inclusive, a gente imagina que uma das perspectivas para sensibilizar as pessoas em relação à questão climática, aos possíveis riscos e impactos e a necessidade de mudanças de comportamento, de pressão, inclusive, em cima dos órgãos públicos, dos nossos gestores, para que a questão climática ela seja mais internalizada no cotidiano das cidades, é pela via da saúde, isso sensibiliza as pessoas, cativa as pessoas é uma forma talvez de despertar aquela percepção que ainda é baixa ou articular mesmo as pessoas para que elas se sintam motivadas a integrar fóruns como esse, a participar de Comitês, Comissões, Organizações Não Governamentais, eu acho que você está muito certa quando você diz que a saúde ela é supertransversal. Ela não é foco do nosso projeto nesse sentido, mas a gente está sempre atento ao que se tem produzido em termos de estudos nessa interface saúde-mudanças climáticas. Em relação à pergunta da Secretaria de Habitação, eu acho que essa discussão do Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana, que eu tenho acompanhado muito pouco, na verdade, quando a gente fez a opção por trabalhar com as cidades, o foco nas cidades, e particularmente por essas cidades que a gente optou, a gente também identificou essa lacuna. Não dá, por exemplo, para olhar a cidade de São Paulo como algo isolado da região metropolitana, assim como não dá para olhar Porto Alegre, não dá para olhar Manaus, enfim, talvez um segundo passo do nosso projeto seja fazer uma integração maior com as regiões metropolitanas dessas cidades mesmo, até porque, a gente parte de uma hipótese que é bastante

discutida na literatura internacional de que as cidades elas se motivam umas às outras. As cidades tentam a se copiar umas das outras, elas competem umas com as outras. E pode ser uma competição positiva, no sentido de que vamos pensar São Paulo saiu à frente, São Paulo acaba motivando as outras cidades a internalizarem a questão climática. Mas, de fato, eu acho que já que estamos nesse momento de proposição de um plano de desenvolvimento para a região metropolitana, é fundamental que a questão climática seja internalizada na concepção desse plano. Acho que não dá para fugir disso e aí eu me coloco à disposição também do grupo para a gente debater juntos, enfim, particularmente nesse momento em que a gente começa a alçar novos voos para o projeto, de repente pensar a região metropolitana, dentro do projeto pode ser uma via interessante. Então, podem contar com a gente. Deixei a pergunta do Olímpio por último porque é a pergunta mais desafiadora e para a qual eu não tenho uma resposta pronta, Olímpio. Eu acho que um dos desafios que a gente se debruça hoje dentro do campo científico é entender essa desconexão, esse descolamento entre aquilo que é proposto e aquilo que é realizado na prática, e a gente tem algumas, algumas justificativas, algumas variáveis que já identifica, que nos ajudam a clarear, entender melhor o porquê dessas conexões, por exemplo, eu concordo plenamente com você. As leis estão dadas, estão colocadas; nesse sentido. O Brasil sempre tem uma perspectiva muito positiva, está sempre à frente. Os estudos estão sendo feitos, estão sendo publicados, existe um esforço, inclusive, de disseminar aquilo que a gente faz, por que é que na verdade isso não é internalizado? Então, entender essa desconexão, acho que é fundamental entender que há interesses, econômicos, financeiros, políticos em jogo e que, muitas vezes, se sobrepõem aos interesses públicos, eu acho que essa é, infelizmente, uma realidade brasileira e que a gente precisa romper esse círculo vicioso na verdade, muitas vezes a gente tem pessoas dentro da gestão pública numa perspectiva muito positiva, com excelentes intenções, mas que se esbarram ali em dificuldades imensas para colocar em prática dado outros interesses, que acabam se sobressaindo e tendo voz mais ativa do que conhecimento técnico-científico ou do que as próprias leis, acho que entender um pouco essas dimensões, essas desconexões é um desafio que a gente se coloca, sim, e enfim como rompê-las? Acho que é desafiador para a nossa geração daqui para a frente, se a gente busca uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais transparente, inclusive mais participativa, não tem uma resposta pronta, mas eu diria que o nosso desafio enquanto pesquisador é um pouco entender essas desconexões e tentar dar subsídios para que a gente possa rompê-las, né?

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Nós temos quatro inscrições e depois temos alguns informes importantes. A idéia era que hoje também nós fizéssemos a primeira reunião dos grupos, que eu estou achando que a gente não vai conseguir. Vai conseguir? Nem que seja para as pessoas se apresentarem, a sala está montada, com as rodas prontas. Então, eu queria pedir que você se apresentasse, por favor, a fala é sua. Depois o Jabs, da Secretaria de Governo; a Tânia, Recursos Hídricos, desculpa, Energia e Mineração; e Pedro Telles. Por favor. Você tem que pegar o microfone. Está gravando.

Elisete - Bom, bom dia, meu nome é Elisete, eu tenho uma atuação ali na região do Jabaquara e eu gostaria de fazer uma pergunta aqui para os membros do Comitê em relação às questões graves ambientais que a gente têm na cidade de São Paulo e algumas, assim, que eu vejo com muita indignação são crimes ambientais que precisariam de uma ação interssecretarias, ação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, da Secretaria de Segurança, principalmente, junto com as Prefeituras Regionais, envolvendo até mais Secretarias. O que impede essa ação conjunta das Secretarias? Por exemplo, o problema de resíduos sólidos lançados no meio ambiente de forma clandestina, de pontos viciados de lixo, é muito, muito, grave. Na região do Jabaquara, por exemplo, nós temos mais de 50 pontos viciados de lixo, e são verdadeiros, verdadeiros criminosos que agem muitas vezes à noite, de madrugada, lançando, entulhos, caçambas que recolhem nas construções, em canteiros públicos. Nós temos ali a região do Amboré, na Imigrantes, e assim: a Prefeitura vai lá e limpa, uma semana depois está tudo lá novamente. Limpa, está tudo lá novamente. E aí, conversando com agentes vistoristas daqui e dali, o pessoal fala "olha, mas não adianta. A Prefeitura vai lá e limpa, mas teria que ter uma ação policial, teria que ter uma ação de Segurança Pública. A gente conversa, então vamos pegar a placa desse caminhão que age assim. Ah, mas não basta pegar a placa, não adianta só ter só a fotografia do caminhão, tem que ter o flagrante. Então, gente, eu penso assim, como cidadã, eu me vejo acuada, por exemplo, na questão do trânsito. Qualquer coisinha que eu faço, chega uma multa na minha casa, qualquer,

sabe, passei a mais de 45 lugar que era 40, passei a mais de 50 num lugar que era 50, esqueci que era dia do rodízio, fui fazer uma conversão ali no corredor de ônibus, a multa chega impecavelmente na minha casa e por que esses criminosos agem com tanta facilidade na cidade de São Paulo? O que falta para uma ação conjunta da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a Secretaria de Segurança e as Prefeituras Regionais para a gente por um fim na ação desses criminosos? Então, é isso.

Leda Ascherman (Secretária Executiva) - Obrigada. Queria passar, então, para o Jabs.

Jabs Cres - Só antes de me dirigir à doutora, só respondendo ao munícipe, que o programa do governo agora na questão do cadastramento de empresas que fazem o transporte de caçamba, houve o registro de cerca de 10.000%, 100 vezes mais o número de caçambas registradas no Município de São Paulo, que veio ocorrendo no último ano só em função desse novo programa. O governo está, sim, buscando a regularização total de todos esses caçambeiros e depois, nessa questão que você está me falando, do despejo ilegal, se você tiver a placa da caçamba, não necessariamente precisa do flagrante, já é o suficiente para a gente começar a investigar qual é a empresa que está realizando esse tipo de despejo em lugar inapropriado para a gente poder atuar e fazer a fiscalização em cima dessa empresa, Ok? Estamos nos colocando à disposição e falando que o governo está aqui para poder conversar e dialogar e ouvir isso daí. Agora em relação à Dra. Gabriela, com certeza meus parabéns, com certeza pela belíssima explanação e, enquanto governo, o que a gente, eu pelo menos, venho percebendo muito é essa questão da percepção da população. A hora que você abordou isso, eu realmente falei assim esse é um problema sério, porque a população não tem consciência total da magnitude do tema. E por mais que a gente tente conversar, em alguns momentos eles falam assim "não, tem outras coisas mais importantes para resolver antes". Ontem eu tive uma reunião na Câmara Municipal, onde eu estava conversando com o pessoal da oposição sobre um projeto de lei dos ônibus, que nós estamos querendo aprovar para que os ônibus elétricos sejam a maioria nos próximos 30 anos e que o projeto haja uma inclusão, paulatinamente, de ônibus elétricos, que é o substitutivo de um vereador. Nós estamos tentando batalhar para que esse substitutivo seja aprovado, mas nisso a pessoa da oposição, na hora em que eu fui pedir o apoio para ela, ela virou para mim e me respondeu assim "meio ambiente é coisa de burguês, eu quero é habitação". Daí eu falei assim "daí fica complicado, né"? Fica realmente complicado sentar para conversar e querer articular com ela, e falar com ela "olha, o meio ambiente é muito necessário e nós estamos tentando resolver isso daí, ajudar" e eles falam que tem outras prioridades nesse momento. E eu gostaria até de, em algum momento, se vocês visualizarem algum momento da pesquisa de vocês, algum jeito de a gente conseguir fazer alguma campanha de conscientização, alguma coisa para que conseguisse demonstrar realmente a magnitude do tema. Tento em vista até que nós temos alguns Presidentes aí que falam que aquecimento global é invenção de cientistas, enfim. Eram essas as minhas considerações. Obrigada.

Leda Ascherman (Secretária Executiva) - Obrigada. Tânia...

Tânia Ferreira - Também quero parabenizá-la pela excelente explanação. Ficou de uma forma muito clara para nós, que não conhecemos tanto de saúde pública, como que fica essa situação de mudanças climáticas, na Secretaria de Energia e Mineração, como já falei outras vezes, nós estamos trabalhando o Plano Paulista de Energia. Dentro desse plano, a gente tem tentado colocar alguns valores reais decorrentes, inclusive, de propostas feitas pela PEMC, Política Estadual de Mudanças Climáticas, que não será atendida. Também me reportando aos transportes, o Olímpio, nós estamos substituindo muito da matriz energética dos combustíveis fósseis, já estamos trabalhando com veículos elétricos em nível estadual. O Secretário Meirelles tem estado com vários atores internacionais, tanto tecnologias quanto fábricas de veículos elétricos. Eu o convido a participar desse grupo de trabalho, dentro da Subsecretaria de Energias Renováveis, que também trabalha com os resíduos sólidos, a recuperação energética de todos eles. Para não me estender muito, a colocação que eu faria seria com a dificuldade que nós temos, inclusive com os nossos próprios pares, de internalizar essa questão de mudanças climáticas. Também é difícil obtermos informações e dados para trabalharmos, inclusive, um plano estratégico. Então, como nós poderíamos trabalhar com tecnologias novas, com as inovações dentro das nossas próprias casas? A Prefeitura está trabalhando simultaneamente dentro desses

assuntos. De que forma nós poderíamos otimizar os nossos esforços nessa troca de informações e dados? Era isso. Obrigada.

Leda Ascherman (Secretária Executiva) - Pedro...

Pedro Telles – Obrigado. Eu sou Pedro, do Greenpeace. Acho que um comentário e uma pergunta, indo na linha do que o Olímpio, Jabs e Tânia falaram de transporte, a gente tem uma chance muito única na mão agora, que é a estação de ônibus de São Paulo e debates tanto na Prefeitura quanto na Câmara, como a gente coloca aí critérios para uma transição, o mais rápido possível, para ônibus limpos, na verdade renováveis. Seria fundamental que todos nós coloquemos aqui energia nisso na Prefeitura e na Câmara para conseguir passar o plano mais ambicioso possível. Estamos juntos nessa também e estamos à disposição para dialogar. E para a Gabriela, uma pergunta, tem essa questão de que, enfim, não nos falta ciência mais. Temos ela à mão, mas sabemos também que só colocar esse dado ali não é suficiente. Para você que vem da Academia, quando é que você sente que tem uma barreira para você, eu consigo ir enquanto Academia até aqui, mas eu chego aqui e aí os insumos que eu levanto não avançam mais. Aonde é que é essa barreira que vocês enfrentam, vindo de onde vocês vêm?

Leda Ascherman (Secretária Executiva) - Obrigada, Pedro. Eu acho que a gente tem mais uma colocação e daí a Gabriela responde a todos, pode ser?

Fátima Andrade - Eu vou só fazer uma colocação rápida. Obrigada, professora, pela exposição. Eu sou Fátima Andrade, do IAG da USP. E até aproveitando um pouco o que foi falado e vendo se você não concorda, eu acho que, às vezes, a discussão, ela deverá considerar um aspecto importante, que é o aspecto econômico. Porque, em geral, o que é colocado é que o custo de implantar políticas ambientais é muito caro, mas talvez porque não considera depois o reparo, aos danos e, não necessariamente, com aspecto só de mudanças climáticas e pensando no futuro, mas os eventos extremos eles acontecem e sempre aconteceram. Então, quando você tem um evento extremo de uma chuva muito intensa e tem deslizamento, você tem ali um custo enorme, e esse custo nunca é computado, e quando você pensa em deslocamento de população, a questão de poluição também nunca ninguém considera ela relevante, a menos que você coloque o custo de saúde. Quando você fala, bom, mais pessoas vão procurar o sistema de saúde por causa da poluição, aí você sensibiliza. Quando a gente fala sem incluir valores, assim, aspectos econômicos, é muito mais difícil de convencer, eu acho. E isso passa a ser um custo que, se você leva em consideração, às vezes, a implantação de uma política que parece, a princípio, "ah, o ônibus elétrico fica caro, a inspeção vai ficar cara", mas se você considera o ganho no final em termos de saúde, horas perdidas de trabalho, morbidade, mortalidade, isso se compensa. Então, eu acho que o aspecto econômico, apesar de não ser da minha área, é um aspecto que eu acho muito relevante na implantação das políticas públicas.

Leda Ascherman (Secretária Executiva) - Mais uma, a última colocação, pode ser do Deodoro. Por favor, você pode vir até a frente para pegar o microfone? O Alan está com o microfone.

Deodoro Vaz - Bom dia, eu sou Deodoro, engenheiro municipal e eu queria parabenizar a doutora, uma palestra maravilhosa a respeito das dificuldades, de adaptação, e relembrar a questão dos resíduos que você comentou, a importância da compostagem, a importância da alimentação saudável, só queria colocar uma ênfase que a gente tem no noticiário, no horário nobre, falando que agro é tudo, agro é pop, e agricultura convencional. E a gente é um dos maiores consumidores de agroquímicos e eu gostaria que a Senhora incluísse esse detalhe, que deve ser banido para se atingir a alimentação saudável. Então precisamos de estruturas técnicas para envolver essa questão. Obrigado.

Leda Ascherman (Secretária Executiva) - Então eu passo a palavra agora para a professora Gabriela.

Prof. Gabriela Di Giulio - Novamente agradeço as colocações. Eu acho que o comentário da Elisete já foi respondido pelo Jabs, então não vou me ater a esse comentário, embora eu acho que ele reforce essa necessidade da integração das Secretarias, que a gente estava dizendo, das Prefeituras Regionais, para lidar com as questões ambientais, climáticas e urbana da cidade de um modo geral. Em relação à pergunta do Jabs, sobre como é que a gente pode, na verdade,

fomentar, ampliar a conscientização da sociedade em geral para as questões climáticas uma vez que se existe ainda essa mentalidade de que meio ambiente é cereja do bolo, é coisa para burguês, mas não é um tema, na verdade, tão relevante quanto outros temas mais urgentes. Eu acho que esse é um desafio mesmo, Jabs, e a gente ainda não sabe muito bem como atuar, né? Eu acho que são várias frentes que a gente pode explorar. A primeira frente, e isso foi resultado de uma pesquisa feita por uma aluna minha, é entender um pouco o papel da mídia nesse processo. Então particularmente no Brasil, onde a gente sabe que a maior parte das informações discutidas pelas pessoas no seu cotidiano vêm da mídia, seja da grande mídia ou das mídias sociais, então entender um pouco como é que a mídia tem feito esse processo de divulgação de informações em relação às questões climáticas, como ela traz esse assunto que parece ainda um pouco macro, um pouco global demais para o dia a dia das pessoas é importante, quando a gente fez essa pesquisa, a gente observou várias lacunas também na própria divulgação da mídia brasileira. A gente olhou um jornal de grande circulação, aqui no Brasil, no período aí de 10 anos, e a gente observou que particularmente para as questões climáticas e energéticas, que foi o foco da nossa pesquisa, o assunto vem à tona quando há eventos importantes sendo realizados, grandes reuniões sendo realizadas, mas não no cotidiano, no nível micro das pessoas. Então isso, na verdade, potencializa essa desconexão, que a maior parte das pessoas ainda têm, em questões climáticas e aquilo que eu faço, ajo, meus hábitos de vida, meu modo de vida no dia a dia, no cotidiano. Então um caminho seria esse, olhar como a divulgação tem sido feita e repensar como essa divulgação é feita. Um ponto importante dessa pesquisa que a gente fez, é que a gente propiciou um debate com os jornalistas que cobrem questões ambientais e climáticas e eles estão muito conscientes dessa dificuldade. De transpor essa questão macro, mais global, para o cotidiano, para o dia a dia, como é que a gente melhora essa cobertura. Uma outra forma, eu acho que a gente precisa romper um pouco essa ideia de que nós, técnicos e cientistas, é que temos o conhecimento e precisamos levar esse nosso conhecimento para a sociedade que ainda age de certa forma meio fora da realidade, ainda de certa forma meio ignorante em relação às questões ambientais. Acho que a gente precisa romper esse modelo de déficit de conhecimento, porque ele não nos traz resultados muito positivos. Então, eu acredito muito na coprodução de conhecimento, acho que a gente precisa promover mais fóruns como esse, em que a gente integre de fato a comunidade, as pessoas, a população nesse debate, a gente faça um tipo de pesquisa mais participativa, que as pessoas se sintam motivadas a passar duas, três horas, por exemplo, numa reunião, num workshop, num grupo focal, porque ela entende que é parte desse conhecimento que está sendo produzido e isso, no caso nosso, pesquisadores, é desafio. Como é que a gente promove esse tipo de pesquisa mais participativa, essa coprodução de conhecimento. E acho que a gente precisa explorar melhor as mídias sociais. A gente ainda faz muito pouco o uso disso, por exemplo, eu acredito muito em órgãos como o Greenpeace, o WWF, enfim, e outras organizações não governamentais, em utilizar outras narrativas para chegar mesmo às pessoas. E uma coisa interessante, Jabs, que você está colocando em relação à percepção, é o que a gente vê é um desnível entre percepção e ação. Então, não necessariamente significa que as pessoas não têm uma percepção sobre mudanças climáticas. Elas reconhecem que é um problema grave, mas elas acreditam que as consequências são para o futuro. Então como é que a gente traz essa percepção mais para o presente, mais para o cotidiano? Eu acho que esse é o desafio, cobrir um pouco esse desnível entre percepção e ação, percepção e mobilização. Não sei se me faço clara, mas acho que a gente precisa, enfim, atuar mais nesse sentido. Em relação à pergunta da Tânia, entendendo que foi uma pergunta mais retórica, no sentido de utilizar os dados entre Estado e Município, como é que a gente faz essas trocas de dados, acho isso fundamental e acho uma pena quando esse diálogo, quando essa interação ela não acontece por "n" motivos, enfim por questões político-partidárias, por questões, de desavenças, por conflitos, por tensões, por disputas, porque eu acho que a questão ambiental é uma questão que une. Une Secretarias, une pessoas, une Departamentos, e ela demanda mesmo essa interação constante, então, acho que ótimo que tem esse fórum aqui também porque, novamente, é o momento da gente fazer esses cruzamentos, essas discussões. E aí a pergunta do Pedro, para mim ela é muito desafiadora. Quando é que existe uma barreira para quem está fazendo pesquisa. Eu acho que tem, sim, Pedro, especialmente na continuidade de uma cooperação, de uma colaboração. Então, por exemplo, a gente fez esse workshop com 15 técnicos naquele momento e eles foram, assim, extremamente solidários no sentido de externalizar as suas preocupações, de compartilhar conosco um pouco do

seu cotidiano, das práticas profissionais. Como é que a gente mantém esse tipo de colaboração que a gente começou naquele momento, considerando que muitas vezes você tem transições políticas, que podem interromper, muitas vezes você tem demandas, tanto do lado do pesquisador como do lado do técnico, que dificultam muito encontros presenciais. Então, por exemplo, a gente quer fazer um novo workshop, inclusive eu até já comentei com a Leda, com esses mesmos técnicos e talvez convidando, ampliando, o nosso fórum para outras pessoas interessadas, mas a gente precisa de um certo apoio institucional, porque, afinal de contas, esses técnicos vão sair do seu cotidiano, do seu trabalho, por um dia, acho que esse é o tipo de desafio maior. Como é que a gente começa uma colaboração, uma parceria, é fácil, mas como é que a gente consolida essa colaboração, essa parceria, no longo prazo que é um desafio grande. Em termos de fomento, inclusive, de pesquisa? Eu estou dizendo aqui para vocês das nossas intenções enquanto pesquisa, mas se eu não tiver financiamento, eu não consigo fazer. Então, eu acho que são barreiras, assim, bem fortes, que a gente tem, que precisam ser rompidas. E eu concordo muito com a colocação da professora Fátima em relação ao aspecto econômico, essa sensibilização da sociedade para a questão climática, da sensibilização do poder público para a questão climática. Eu acho que explorar mais esse aspecto econômico, assim como a questão da saúde, podem ser pontos de apoio para a gente que faz pesquisa nessa área, para que internalize mais essa discussão. Por fim, a questão dos agrotóxicos trazidas pelo Deodoro, eu concordo plenamente que essa é uma questão extremamente relevante. A gente sabe que o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo, a gente não coloca essa questão específica dentro do nosso projeto mas, obviamente, na discussão que a gente faz na questão ambiental hoje em dia no Brasil, não dá para jogar fora ou deixar de lado esse ponto bastante nevrálgico ainda das nossas escolhas e decisões políticas. Eu acho que fez muito bem, Deodoro, de lembrar isso, deve estar na agenda sempre. Bom, eu que contemplei todas as colocações aqui, eu reforço mais uma vez o meu agradecimento à Leda e ao Secretário Gilberto por estar aqui, me coloco à disposição de vocês. Sei que um dos meus alunos, que eu co-oriento, o Eduardo, vai ajudar aqui a Leda num Grupo de Trabalho sobre adaptação, então essa é uma forma da gente continuar essa colaboração que a gente quer tanto, romper um pouco os muros da academia e estar em outros lugares também e fico aí à disposição, tanto da Secretaria, do Comitê, para o que vocês precisarem. Obrigada.

Secretário Gilberto Natalini - Bom, pessoal, antes da Leda, não sei se vai ser possível, vocês é que vão decidir, mas nós gostaríamos que, ao final agora, pelo menos tivesse uma reunião por grupos, porque nós estamos dando muito peso aos grupos, que através dos grupos é que nós vamos dar consistência propositiva para avançar o trabalho da gente aqui nas várias áreas que o Comitê tem que lidar. Então, nós estamos acreditando - tem 130 pessoas que deram o nome, que estão dispostas a participar - é uma riqueza muito grande, gente muito legal, mas eu queria agradecer a professora Gabriela, a presença dela aqui, foi muito gentil de vir, ajudou a gente a buscar o nosso caminho. Nós estamos, na verdade, fazendo um esforço enorme de retomar o trabalho do Comitê e retomar o tema mudanças climáticas, aquecimento global, mudanças climáticas na cidade de São Paulo, para São Paulo ter um protagonismo que é necessário. Não é uma coisa fácil, é uma coisa complexa. Não que a cidade não esteja fazendo coisas com relação à mitigação ou adaptação às mudanças climáticas, mas juntar essas pontas todas e dar uma cara para isso, isso é que é o problema. Difícil. Dentro da Secretaria, dentro do Governo e para fora do Governo. Juntar essas pontas todas, de tudo o que está sendo feito, e colocar isso dentro da Política Municipal de Mudança Climática, é um desafio enorme, mas aqui, por exemplo, vocês estão vendo pessoas de várias Secretarias da Prefeitura, gente representativa, que está aqui, de várias Secretarias, e também gente da sociedade civil, das mais variadas matizes, de empresas, de ONGs, de entidades, instituições, do Estado, além do que está aqui na plateia, porque as reuniões têm sido extremamente concorridas, com muita gente participando. Isso significa que nós temos uma vontade da sociedade de colocar esse tema em pauta, e o Prefeito nos dá absolutamente liberdade, carta branca e tem sido, eu recebo e-mail dele cobrando determinados temas, determinadas questões, que são exatamente dentro da nossa pauta, do nosso cardápio nas mudanças do clima. Então, apesar da crise imensa que nós estamos enfrentando, eu posso falar, sem medo de errar e sem medo de abusar, a Prefeitura de São Paulo está pré-insolvente, do ponto de vista financeiro. Nós não sabemos ainda como nós vamos acabar o ano, como é que nós vamos fazer para acabar o ano. Isso não é terrorismo que eu estou fazendo. É só vocês olharem a situação de receita e despesa da Prefeitura, compararem para vocês verem que a conta não

fecha até o final do ano. Se não houver uma recuperação da questão econômica nacional e a arrecadação, da Prefeitura, do Governo de São Paulo, as fontes de receita não aumentarem, nós vamos acabar o ano numa dificuldade imensa. Outras cidades e outros órgãos estatais do Brasil já entraram em colapso. Rio de Janeiro e outros. E nós aqui estamos numa situação de penúria absoluta, por isso é que existe um contingenciamento tão grande e uma contenção tão grande de despesas para não faltar naquilo que é absolutamente essencial para a população, absolutamente urgente. Não é essencial, urgente, emergente. Então, apesar de toda essa situação de dificuldade que a gente vive, e o Verde e Meio Ambiente tem sofrido bastante isso, e nós temos tido muita criatividade para buscar apoio em outras instâncias da sociedade, para vocês terem idéia, nós já fizemos 66 parques com mutirão popular, cerca de 104 mutirões. Teve parque que teve mais de 10, teve algum que teve 12 mutirões populares de conservação. Por quê? Porque nós estamos sem equipe de manejo e manutenção para os parques. Agora é que a gente conseguiu que a licitação começasse a ser liberada e poder contratar equipes, não do tamanho que a gente quer, então, é uma situação administrativa muito grave, muito séria. Nós vamos passar isso aí, nós vamos superar, a cidade vai superar, o país vai superar, eu tenho certeza, mas enquanto não supera, haja dor, está certo? Principalmente para o gestor e para o cidadão, que sofre lá na ponta a falta disso, a falta daquilo, a falta daquilo outro, tá certo? Até que São Paulo tem sido muito paciente com as dificuldades que tem enfrentado. O povo paulistano tem compreendido a situação. Onde a gente vai, explica, como dizia o Covas "melhor um não bem explicado do que um sim que você não vai cumprir", então fala um não, explica por que e a comunidade tem inteligência, tem racínio para entender. Mas enquanto Papai Noel não vem, nós precisamos agir e a gente está retomando aqui a situação, não é? Então, o Comitê tem se reunido, está cada vez mais, com mais vitalidade. Nós estamos agindo de várias formas, de várias ações, para colocar as questões ambientais na pauta. Arborização. Com toda essa dificuldade, nós já plantamos este ano, com próprias pernas, 55 mil árvores no Município. Não é pouco. Somando com árvores que são plantadas por iniciativas outras, a gente pode bater aí no final do ano em cento e tantas mil árvores plantadas na cidade, apesar de toda essa dificuldade. A Secretaria de Transporte, nós sexta-feira tivemos uma reunião, nós do Verde, nós somos crica para o Transporte, viu? Eles veem a gente, eles correm. Brincadeira, eles nos tratam extremamente bem. Nós já fizemos dezenas de reuniões para tentar achar a equação. Que vai voltar para a licitação do ônibus a questão climática e a questão dos poluentes particulados isso é fechado. O que está sendo feito são as contas para avançar o máximo possível com o dinheiro que se tem, porque precisa ter troca de ônibus, não é no decorrer do tempo, e isso custa investimento. Então, é uma guerra ideológica entre os concessionários, a Prefeitura, a Secretaria de Fazenda, nós, para achar uma equação. Mas eu conversando aqui com o Olímpio, e já conversei com mais três pessoas que vieram mesmo sentido, existem fundos internacionais poderosíssimos. A Coreia tem um fundo do clima, me disseram que tem 80 bilhões lá solto no mundo, na nuvem, como a gente fala, para apresentar projeto. Ele estava falando do Banco Mundial, que uma diretora lá falou para ele que quer conversar, tem linha. Então, nós vamos buscar essas linhas de dinheiro de fora para fazer avançar o tempo. Eu não vou me alongar muito. Só queria terminar minha fala colocando para vocês uma angústia profunda que eu estou passando e que nós da Secretaria do Verde estamos passando. Só te dar uma resposta. Quanto à questão do seminário que você fez, nós estamos à disposição. Eu vi, eu olhei o que você me deu, aquele escrito. Você pode combinar com a Leda e a gente volta a retomar e vamos dar continuidade ao trabalho que vocês fizeram. Então, isso já está combinado aqui, é só uma questão de acerto e a gente dá continuidade para não ficar perdido no ar. Outra coisa: nós estamos criando, agora, na reestruturação da Secretaria, vamos ter uma reestruturação, nós estamos remodelando, estamos criando uma divisão de mudanças climáticas dentro do DEPLAN. Então, vai ter uma divisão específica para centralizar, dentro da Secretaria do Verde, a questão das mudanças do clima. Então, também contempla aquilo, aquela solicitação que você fez. Agora, para encerrar, eu queria coletivizar para vocês a seguinte questão: acabei de receber aqui uma denúncia gravíssima, acabei de receber. Você ligou para ele? Pegou o endereço? Pois é. A devastação que está sendo empreendida nas áreas verdes em São Paulo é uma guerra de guerrilha. É muito grave, muito grave. Essa devastação ela tem quatro causas: a primeira vem dos mais ricos. As incorporadoras algumas, não todas, gente que faz as coisas para vender, para ganhar dinheiro. Na semana passada, segunda-feira passada, nós fomos no Butantã e tinha lá máquina, trator, tal, devastando uma área de Mata Atlântica, canalizando uma APP, uma nascente enorme, canalizando, fizeram rua dentro da área e a gente foi ver, era

uma empresa grande, conhecida e famosa em São Paulo, que tem muitos empreendimentos, não tinha nenhum papel de licença, nada, nada. Aí essa, então, é a devastação rica. Aí tem o crime organizado, o PCC, como a gente chama. Ninguém gosta de falar, mas eu falo. São eles mesmos, que descobriram que especulação imobiliária, em particular na periferia, invadir, dividir e vender lote dá dinheiro. E estão fazendo isso à mão armada. Para chegar lá, os nossos fiscais, os nossos AMAs, não conseguem chegar porque são recebidos no revólver. Tem que ir com a Guarda Municipal Ambiental, ou a outra, e muito bem armada e, às vezes, com apoio da Polícia Militar, porque lá é coisa mesmo de levar bala. E não é uma nem duas. Terceira investidora terrível é dos movimentos sociais de habitação, que são mais conversáveis, mas que, pelas necessidades da população, ainda mais agora no momento tão grave, de aluguel, que é isso, que é aquilo, vão, se organizam, entram mesmo e vão. E a quarta devastação, é feita pelo que nós chamamos de invasão formiguinha. A invasão formiguinha não tem organização. As pessoas vão entrando, entrando, por baixo da mata, pelo sub-bosque, desmatando, faz um barraquinho, faz outro barraquinho, se ninguém vem, eles põem, eles fazem uma coisa de alvenaria e vai e vira um bairro. Em dois meses tem um bairro. Nós temos trabalhado este ano, eu posso falar com toda a certeza que a Prefeitura de São Paulo, a Secretaria do Verde, Secretaria de Segurança Urbana, Coronel José Roberto e a Guarda Ambiental, Secretaria de Prefeituras Regionais, os Prefeitos Regionais, vários deles, e as outras Secretarias que nos apoiam: Habitação, Governo e outros, mas, principalmente, essas três, nós já desfizemos 157 ocupações, agressões a áreas verdes de São Paulo; nessas quatro categorias que eu falei. Essa semana passada, nós fomos em Parelheiros e era uma formiguinha. Era uma área da FEPASA enorme, uma mata lindíssima, na beira férrea, estava sendo comida por baixo por gente pobre, invadindo. Nós fomos obrigados a derrubar. Não dá se você deixa, vai acabar a mata, vai acabar. É em todo o lado, não é só manancial não. Aqui em Perus, dentro do Parque Linear de Perus, nós derrubamos 35 casas de 150 a 200 metros quadrados porque eles venderam um pedaço do Parque Linear de Perus e aí começaram a construir, aí nós recebemos a informação, fomos lá e derrubamos tudo. É uma briga de gato e rato e nós não temos perna para segurar todo esse apetite de destruição. A mata depois que destrói não tem mais jeito. Estamos fazendo um esforço possível, precisamos da ajuda do Estado, precisamos da ajuda do IBAMA e precisamos, principalmente, da ajuda da comunidade, para a gente dar conta de segurar e não deixar acabar com verde que a gente ainda tem na cidade de São Paulo. Desculpe, eu quis dar ciência a vocês para vocês entenderem que isso tem acontecido todo dia. Acabei de receber aqui, ó: Butantã, área nobre, área rica. Uma mata enorme, está lá o sujeito derrubando tudo. Vamos lá agora correndo, eu mesmo vou pessoalmente. Tenho ido em muitas para ver o que é que é. Com certeza é um desmatamento ilegal e não é feito por pobre, não é feito por pobre. Então era isso o que eu queria dizer, eu vou passar a palavra à Leda para ela dar continuidade. No que depender de mim, da Secretaria, dos nossos colaboradores, tenho certeza das outras Secretarias, dos membros do Comitê e de vocês, nós vamos levantar a atuação do Comitê e pautar a Prefeitura de São Paulo nas coisas que ela faz, que vem fazendo e que vai fazer, tendo em vista a convergência para preparar São Paulo, para diminuir e preparar os efeitos dramáticos das mudanças climáticas. É a nossa posição. Enquanto eu estiver por aqui, pode contar que é assim que nós vamos trabalhar. Muito obrigado.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Bom, nós temos três informes. A Bruna, do ICLEI, o Mauro, que vai também dar um aviso, e o Ronaldo e, depois disso, então a gente faz 10 ou 15 minutinhos, só para cumprir a nossa agenda. São oito grupos, mas que rapidamente já estão bem organizados. Está numa sala aqui em frente, o pessoal já está lá fora orientando as pessoas e dois grupos vão ficar aqui na sala, tá bom? Mas lá tem um espaço para seis grupos. Então eu vou passar a palavra para a Bruna.

Bruna Cerqueira - Muito obrigada, Leda. Muito brevemente eu queria compartilhar, na última reunião, nós discutimos o tema dos inventários de emissões de gases de efeito estufa, e o ICLEI tem uma oferta este ano para as cidades fazerem parte da rede de capacitações, uma capacitação à escolha do Município. Então a gente começou a desenhar com a Leda uma oferta de capacitação gratuita para o Município de São Paulo sobre a metodologia do GPC para a realização de inventário. Em paralelo, a C40 fez uma oferta similar, então nós estamos conversando para oferecer à Prefeitura de São Paulo uma capacitação de dois a três dias envolvendo aí os membros dos grupos de trabalho, enfim, a equipe técnica do Município que a Prefeitura quer que seja capacitada para passar esse conhecimento sobre como elaborar

inventários na metodologia GPC, para que isso seja incorporado dentro da administração e que a Prefeitura consiga fazer por conta própria. Acho que brevemente é esse o informe. A ideia é que isso seja realizado no mês de setembro, então a gente vai desenhar junto com a Leda essa proposta de programa.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Muito obrigada. Mauro?

Mauro Prezwozinski - Bom dia a todos. Meu informe é em relação ao primeiro Relatório de Sustentabilidade da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Gostaria de já ter algumas respostas às demandas que foram colocadas na reunião, mas eu acredito que o relatório é uma ferramenta muito forte para que a gente consiga fazer isso. Os objetivos dele, a gente pode dizer que são tanto externos quanto internos à Secretaria. Internos à Secretaria, para a organização dos processos, estabelecimento da cultura da informação, e externos, a transparência para o município, e que a gente consiga integrar tanto a questão do Estado quanto Município, os Departamentos de dentro da Secretaria e todas as Secretarias. A base do Relatório que vai puxar tudo são as 17 ODS. Nós estamos conversando com a Leda, com o Comitê de Mudanças Climáticas, então a nossa ideia é ser um pilar-base, que é a Comissão desse Relatório de Sustentabilidade, trabalhando junto com o Comitê de Mudanças Climáticas e junto também com o Comitê das ODS, que foi instituído por Decreto no dia 5. Então a ideia é que esses três órgãos juntos a gente consiga desenvolver um bom material de transparência, que direcione a política pública com as informações relativas à sustentabilidade nesse primeiro momento da Secretaria do Verde. Obrigado.

Leda Aschermann (Secretária Executiva) - Muito bom. Ronaldo?

Ronaldo Figueira - Bom dia a todos, eu sou Ronaldo, da Defesa Civil de São Paulo e Secretário Executivo da Câmara Temática Metropolitana para a Gestão de Risco Ambientais e Urbanos. Eu vou dar um informe de um evento que vai ter em outubro, dia 9 e 10, na Universidade Federal do ABC, está sendo organizado pela Universidade Federal, a Câmara Temática, que é intitulado Seminário Metropolitano sobre Governança de Risco e Adaptação às Mudanças Climáticas. Depois, eu queria até pedir à Leda todos os e-mails de vocês para mandar o convite. E antes de realizar esse seminário, nós vamos fazer dois workshops. Um que é amanhã, na Geociências da USP, às 9 horas. Nós vamos discutir governança de risco. E no dia 16 de agosto, a confirmar, nós discutiremos toda essa parte de informação, de índices, para poder criar toda uma massa para as oficinas que serão feitas nesse seminário na FABC, então, convido a todos. Da importância da inserção dessa discussão de gestão de risco e atrelamento das questões de mudanças climáticas, até porque a Câmara Temática Metropolitana conseguiu inserir no PDUI a gestão de risco, com essa ênfase de mudanças climáticas. Então é uma questão importante e, principalmente, para começar a mudar um pouco o olhar de que as questões da Defesa Civil é só a resposta. Ela também é gestão e tem que estar integrada em todas as áreas da gestão das cidades, principalmente por conta dessa temática, como foi bem colocado aqui.

Leda Ascherman (Secretária Executiva) - Muito bom. Bom, então os nossos grupos. Vamos lá. Consumo Responsável e Economia Circular. É o próprio Mauro, que está aqui. Eu vou falar o nome dele. É Przewozinski. Acertei, Mauro? Bom, então eu vou apresentar o Mauro, que é gestor ambiental, especialista em engenharia de controle da poluição ambiental pela USP, MBA em administração, bacharelado em direito pela USP também, foi pesquisador, gerente de produtos de energia e assessor da presidência do Instituto Akatu. Atualmente, o Mauro é nosso diretor da Divisão de Informações Ambientais da Secretaria do Verde. Então o grupo do Mauro, ele está ali, levanta a mãozinha. Todo mundo já viu. O segundo grupo é Adaptação e Cidades Resilientes. Então, é o nosso link com a professora Gabriela. Eduardo Neder. Levanta, Eduardo, só para as pessoas te verem. O Eduardo, está aqui o currículo, um breve currículo dele. Ele é formado em engenharia ambiental pela UNESP, é consultor em planejamento urbano e ambiental por uma instituição que se chama PPA, Política e Planejamento Ambiental, experiência em projetos de avaliação de impacto ambiental, avaliação ambiental integrada; ele é mestrando da Faculdade de Saúde Pública e o tema da pesquisa dele é Adaptação às Mudanças Climáticas no Planejamento Urbano Municipal, ou seja, totalmente a praia dele. Ele compõe o projeto SE ADAPTA - Cidades, Vulnerabilidades e Mudanças Climáticas. O terceiro grupo, Sequestro de Carbono e Biodiversidade, é o Leonardo. O Leonardo é bacharel em marketing, ele tem pós-graduação, especialização em gestão ambiental pelo SENAC e ele tem uma especialização em

mudanças climáticas e políticas do solo pela *Lincoln Institute of Land Policy*. É mestrando em sustentabilidade. Depois nós temos Produção Mais Limpa e Resíduos. A gente aguarda uma resposta do Fabrício Soler e eu queria convidar o Deodoro, que está ali na porta, de camiseta rosa, para conduzir o grupo que trabalhou na AMLURB. Então ele vai conduzir esse grupo. Transportes e Energia Renovável. Nós vamos ter a honra de aprender muito com o Olímpio Álvares, que é diretor da L'Avis Eco-Service Consultoria em Meio Ambiente e Transporte e Mobilidade Sustentável e Emissões Veiculares. É secretário-executivo da Comissão de Meio Ambiente da ANTP. O Olímpio é engenheiro mecânico graduado pela Politécnica e se especializou no Japão. Eu fiquei curiosa, você fala japonês? Não? No Japão, em segurança automotiva e tecnologia de controle de emissões veiculares e na Suécia, em 96, em transporte público limpo. Ele trabalhou durante 26 anos na CETESB e em diversos cargos, como técnico e gerente de 88 até 2013, ele agora vai orientar o nosso grupo de transportes. Eu vou dar uma sapeada em todos os grupos. Depois nós temos Recursos Hídricos, Walter Tesch, Walter? Levanta, Walter, para as pessoas te verem. Então o Walter ele é licenciado em sociologia pela Universidade da República do Uruguai, mestre em ciências sociais pela PUC do Peru. Ele trabalhou como Coordenador de recursos hídricos do Estado de São Paulo, como secretário executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Fundo Estadual de Recursos Hídricos, além de membro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Foi sub-prefeito de Parelheiros de 2005 a 2008, região de mananciais importantíssima do Município de São Paulo, Secretário Adjunto da operação Defesa das Águas, convênio da Prefeitura Municipal de São Paulo com a CESP, para monitoramento das áreas de proteção aos mananciais, de 2011 a 2016 ele foi membro do Conselho de Administração da SABESP. Em 2015, consultor de curto prazo do Banco Mundial para demais financiamentos dos planos de bacias hidrográficas junto à Autoridade Nacional das Águas (ANA). O Walter e depois o nosso último grupo, que é Saúde e Sustentabilidade. Nós temos três indicações para coordenação, mas hoje eu vou coordenar esse grupo, que sou da área da saúde, assim como o nosso Secretário, e depois a gente está aguardando, então, uma indicação da Saúde e Sustentabilidade. O professor Paulo Saldiva deve vir a próxima semana e ele tem algumas indicações, mas também a gente tem uma indicação. Depois vou conversar com o Secretário, de alguém da Vigilância Sanitária do Estado. A gente já tem enfrentado uma série de agravos, com todas as dengues, febre amarela, enfim, essas doenças sazonais e que têm uma relação muito próxima com a questão das mudanças de clima e o professor Saldiva vai fazer a próxima fala na nossa próxima reunião. Então o que eu queria propor é que as pessoas. Sim, desculpa, desculpa. Rose Inojosa indicou o, deixa eu ver aqui, Clodoaldo é da Secretaria de Educação e tem feito a interface conosco em meio ambiente e educação. A educação já é um parceiro importante nosso. Então, nós temos essa proposta, nós temos outros pedidos, por exemplo, um dos pedidos que chegou até nós, além de ter um grupo de trabalho sobre obras sustentáveis, e a gente já tem até uma pessoa indicada para esse grupo, é que a gente teria daí dez grupos, porque tem um grupo de agricultura limpa, também muito organizado e que até a próxima reunião a gente pretende incluir. É. O Secretário já falou que nós vamos fazer, então está decidido. Nós vamos fazer, sim. Eu entrarei em contato com vocês e esperarei uma resposta para vocês me ajudarem a organizar esses dois grupos. A gente faz isso em conjunto, tá bom? Então, esses oito grupos, com as pessoas inscritas, quem por acaso ainda não se inscreveu pode acompanhar o Coordenador. A gente vai ter dois grupos maiores aqui. Provavelmente o maior deles, Olímpio, fica aqui nessa sala. Transportes, Transporte fica aqui, junto com o do Mauro, tá bom? E os outros podem me acompanhar. A gente vai até lá e de lá, então, o que é que a gente vai encaminhar? A próxima reunião dos grupos, aonde for melhor, a casa aqui está à disposição. Eu esqueci de falar que a Miriam vai coordenar junto com o Walter Tesch, que essa questão dos recursos hídricos ela já está cuidando, assim como o Walter também, aqui na Secretaria, então para quem vem de metrô ou ônibus, este lugar pode não ser o mais adequado, então é só definir qual é o melhor local. Nós temos lá na Secretaria, no 11º andar, uma sala que cabem 20/25 pessoas, a gente pode fazer lá. É só vocês me avisarem que eu providencio o local. A data da reunião e o local, tá bom?

Membros do CMMCE presentes à reunião:

ANTP – Olímpio de Melo Álvares Junior

CBCS – Carolina Furlanetto Mendes
ICLEI – Bruna Cerqueira
Greenpeace – Pedro Telles
Greenpeace – David Martins
SINDUSCON – Lilian Sarrouf
Secretaria Estadual de Energia – Tânia Ferreira
Secretaria de Recursos Hídricos – Wanderley Paganini (representado Ana Lúcia Szajubok)
SM Habitação – José Amaral Neto
SM Gestão Municipal – Jabs Cres
SM Educação – Marian Salles Bellamy
SM Relações Internacionais - Felipe de Campos
SM Saúde – Lygia Cunha
SM Transporte – Sérgio Avelleda (representado André Castro)
IAG – USP – Maria de Fátima Andrade
SVMA – Leda Aschrmann
SVMA – Gilberto Natalini

Outros representantes presentes

Gustavo M. Ribeiro - CIOESTE
Mauro Prezewozinski – SVMA/DEPLAN 3
Patrícia Vaz Ferreira – SVMA/DEPLAN 2
Érica Sina – SVMA/UMPAZ
Maria Elizabeth Vasconcelos - SVMA/UMPAZ
Rodrigo Freitas – SPTrans
Leonardo Maglio – PPA
Renato Recife – AMLURB
Celso Luiz – Consórcio CRAHH
César Caprora - Consórcio CRAHH
Lucilla Pinto – News & Views
Norberto Pollak – Respira São Paulo
Michelle Pampolha – SVMA/DGD Sul 1
Clodoaldo Júnior – SME
Edison Tomazzi – AMLURB
José Carlos Soares – SMSU
Vanda Mendonça – SVMA/Comunicação
Jetro Menezes – SVMA
Paulo Romanelli – SMS
Angela Branco – SMSU
Débora Marcondes – SVMA/UMAPAZ

Maria Laura F. Zei – SVMA/DEPLAN 4
Helena Quintana – SVMA
Violeta Kubrusly – SEHAB
José Manuguerra – SVMA
Marcia Metron – AMLURB
Helena Terzella – AMLURB
Giovana Anashiro – SVMA/UMAPAZ
Salem Pinto – SMSU
Cristiane Corttz – Fecomércio
Fernanda Luiz – SVMA/DGD CO1
Claudia Ronaib – SMS/COVISA
Janaína Viana – SVMA/DEPAVE 1
Elizete Almeida – PR Jabaquara
Natacha Nogueira – FIESP
Carlos Santos – SMSU/NTGA
Ademilson Zambini – IEMA
Robson Profenzam – SVMA/DEPAVE G
Fernando Parenti – ANP
Mirta Silva – SMS/COVISA
Maria Fernanda Wadr – FPS/USP
Deodoro Vaz – SVMA/DEPLAN 2
Mariane Martim – SVMA/UMAPAZ
Brigitte Baum - SVMA/UMAPAZ
Ricardo Marchiori – USP
Miriam Falótico - SVMA/UMAPAZ
Alexandre Polesi – ABVE
Alessandro Marroni - SVMA/UMAPAZ
Susete Caborda – SEHAB
Maria Lourdes - SVMA/UMAPAZ
Maricy Montenegro - SVMA/UMAPAZ
Oswaldo Fernandes – ONG Destino
Sérgio Forini – SVMA/DGD
Ronaldo Figueira – SMSU/COMDEC
André Alcantara - SVMA/UMAPAZ
Márcia Correa - SVMA/UMAPAZ

